AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIO DA FGV

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL 37 | Nº 12 | DEZEMBRO 2017 | R$ 15,00

RECUPERAÇÃO DA ECONOMIA

2017 FOI MELHOR DO QUE 2016, MAS 2018 SERÁ AINDA MELHOR



FGV EESP
ESCOLA DE ECONOMIA DE SÃO PAULO

ISSN 0100-4298

IPAM FUNDAMENTAL NEGOCIAR BEM NA PRÓXIMA COP

LEITE NECESSÁRIA A BOA COMPRA DOS INSUMOS

ESPECIAL CAFÉ MECANIZAÇÃO É ESSENCIAL

FGV

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Sede: Praia de Botafogo, 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou Postal Code 62.591 - CEP 22257-970 | Tel.: (21) 2559 6000 | www.fgv.br
Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidente: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella

CONSELHO DIRETOR
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella
Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Cristiano Buarque Franco Neto, Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade
Suplentes: Aldo Floris, Antonio Monteiro de Castro Filho, Ary Oswaldo Mattos Filho, Eduardo Baptista Vianna, Gilberto Duarte Prado, Jacob Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, Marcelo José Basílio de Souza Marinho, Mauricio Matos Peixoto

CONSELHO CURADOR
Presidente: Carlos Alberto Lenz César Protásio
Vice-presidente: João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)
Vogais: Alexandre Koch Torres de Assis, Antonio Alberto Gouvêa Vieira, Andrea Martini (Souza Cruz S/A), Eduardo M. Krieger, Estado do Rio Grande do Sul, Estado da Bahia, Estado do Rio de Janeiro, Luiz Chor, Luiz Ildefonso Simões Lopes, Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Miguel Pachá, Murilo Portugal Filho (Federação Brasileira de Bancos), Pedro Henrique Mariani Bittencourt, Tarcísio Godoy (IRB-Brasil Resseguros S.A), Ronaldo Vilela (Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Previdência Complementar e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo), Sandoval Carneiro Junior, Willy Otto Jordan Neto
Suplentes: Almirante Luiz Guilherme Sá de Gusmão, General Joaquim Maia Brandão Júnior, José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, Luiz Roberto Nascimento Silva, Manoel Fernando Thompson Motta Filho, Nilson Teixeira (Banco de Investimentos Crédit Suisse S.A), Olavo Monteiro de Carvalho (Monteiro Aranha Participações S.A), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Clóvis Torres (VALE S.A.), Rui Barreto, Sergio Lins Andrade, Victório Carlos De Marchi

Diretor da FGV-EESP: Yoshiaki Nakano
Diretor da FGV Projetos: Cesar Cunha Campos
Diretor da FGV-IBRE: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira
Diretor da FGV-EAESP: Luiz Artur Ledur Brito

AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIO DA FGV

Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas

Conselho Editorial: Cleber Guarany, Marcelo Weyland Barbosa Vieira, Luis Carlos Guedes Pinto, Luiz Carlos Corrêa Carvalho, Ricardo Simonsen, Roberto Rodrigues e Yoshiaki Nakano
Editor-chefe: Antônio Carlos Kfouri Aidar
Editor Executivo: Luiz Antonio Pinazza
Colaboradores: Bruno Benzaquen Perosa e Felippe Cauê Serigati
Fundadores: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

Capa: Patricia Werner, Fernanda Carvalho, Julia Travassos
Projeto Gráfico: Maria João Macedo [Atelier Lola]
Arte: Alexandre Monteiro
Revisor: Alexandre Sobreiro
Secretaria e Administração: Viviane de Carvalho
Coordenador da Produção Editorial: Evandro Faulin
Publicidade/Comercial/Assinatura: Viviane de Carvalho

Av. Paulista, 1.294, 15º andar,
Tel.: (11) 3799-4104 | Fax: (11) 3262-3569

contato@agroanalysis.com.br
www.fgv.br/agroanalysis

Acesse o site
www.fgv.br/agroanalysis
ou ligue
0800 770 88 81
e assine a publicação que melhor acompanha o agronegócio

O AGRONEGÓCIO É O SEGUINTE

MELHOR 2018!

NESTA ÚLTIMA edição da ***Agroanalysis*** de 2017, vale ressaltar que os prognósticos feitos para os principais números da economia brasileira estiveram sempre na linha correta: a taxa básica de juros (Selic) terminará o ano na casa dos 7%; a inflação caiu para baixo da meta de 4,5%; e o dólar vai terminar dezembro valendo cerca de R$ 3,30. Os produtores rurais não tiveram maiores sustos, e os preços não foram ruins considerando o tamanho da safra.

Se o clima ajudar e o mundo continuar razoavelmente bem-comportado – equilíbrio interno dos Estados Unidos em face das ações do presidente Trump, manutenção da taxa de juros norte-americana e ausência de conflitos armados de grandes proporções –, 2018 será um ano ainda melhor. Claro está que as eleições de outubro podem trazer um cisne negro, mas não é o que o mercado financeiro está lendo neste momento. Mesmo que um candidato populista, ou um *outsider*, ganhe as eleições, haverá pouco espaço para aventuras fiscais e populistas. E, quanto melhor formulada for a política econômica, maior será a chance de a retomada econômica não ser um voo de galinha.

Neste momento, o nó da economia brasileira permanece no campo fiscal, com um déficit público expressivo e um crescimento da dívida acentuado. Há uma ausência de medidas mais efetivas de ajuste fiscal. O governo demonstra não ter mais forças políticas para promover grandes mudanças. Isso significa que apenas um novo governo, imbuído de força política após um processo eleitoral, terá condições de promover maiores alterações. Em outras palavras, medidas palpáveis para promover um redirecionamento da trajetória insustentável das contas públicas só ocorrerão em 2019.

A fim de avaliar a safra 2017/18 de cana-de-açúcar, a Canaplan realizou seu 2º encontro do ano. Do ponto de vista da evolução da produtividade, medida em toneladas de ATR por hectare, houve uma importante redução do seu patamar

ATENÇÃO AOS JUROS

É preciso atentar para um aspecto muito importante que passa despercebido para muitos produtores: a taxa de juros. Há muito tempo que o Brasil trabalha com taxas de juros básicas altas e inflação sempre acima do centro da meta. Agora, com a Selic em 7,5% e a inflação na casa dos 3%, é preciso muita atenção aos juros. Por exemplo, se os juros tomados em um financiamento forem de 8,00% a.a., a taxa real será de 4,85% a.a. Muitos fornecedores (inclusive cooperativas) estão embutindo juros de 1,0% ou até 1,5% ao mês na venda de insumos. Juros de 1,0% ao mês equivalem a 12,68% ao ano; considerando a inflação de 3%, os juros reais serão de 9,40% ao ano! Esse custo financeiro pode atrapalhar muito a vida dos produtores que estavam acostumados com taxas de 1,0% ao mês.

Veja uma simulação simplificada: 1 hectare de soja tem custo médio de R$ 2.000. Se todos os insumos fossem hipoteticamente financiados, em um ano teríamos um custo real adicional de R$ 188 por hectare (9,40% de R$ 2.000). Se os preços seguissem o valor do dólar e/ou a inflação, estes R$ 188 significariam uma redução direta da margem do produtor – no contexto atual, como regra, os preços dos produtos e o dólar tendem a seguir a inflação a longo prazo, que, no caso dos últimos doze meses, foi de 3%. Quem não atentar para essa situação pode sentir um aperto inesperado de caixa na próxima safra.

médio quando se compara o período de 2011/12 a 2017/18 com o período de 2005/06 a 2010/11. A renovação do canavial segue abaixo do necessário. A realidade econômica e financeira do setor sucroenergético mostra alto endividamento. Há, neste governo de transição, uma esperança de implantação do RenovaBio, elaborado pelo Ministério de Minas e Energia (MME) e pelo setor privado.

Na produção de leite, a demanda fraca na ponta final da cadeia produtiva e o aumento da produção pressionaram para baixo os preços do leite no Brasil em 2017. O resultado só não foi pior para o pecuarista porque a redução dos custos foi maior do que a queda nos preços. Portanto, o resultado da produção depende da eficiência do gasto com insumos.

Ao longo deste mês, dois encontros internacionais, que acontecem na vizinha Argentina, merecem acompanhamento pelo público do agro. O primeiro refere-se às negociações entre os países do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e a União Europeia (UE), paralisadas há dezessete anos. Espera-se que o acordo de livre-comércio entre os dois blocos comece em janeiro de 2019, mas as ofertas de abertura de mercado para o etanol pela UE decepcionaram os sul-americanos. O segundo é a 11ª Reunião Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), com pontos de vista discordantes no capítulo sobre regras de comércio do algodão.

Na seção Abre Aspas, tem-se a entrevista com André Guimarães, diretor executivo do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM). Apesar da queda registrada no desmatamento da Amazônia de agosto de 2016 a julho de 2017, no seu entendimento não há real motivo para celebração, pois o nível desta ação continua alto. O ritmo está mais lento, mas o processo prossegue. Sobre a 23ª Conferência das Partes (COP-23) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, na sigla em inglês), realizada em Bonn, na Alemanha, em novembro – na qual esteve presente –, considera que os resultados obtidos ficaram aquém do esperado.

Para finalizar, tem-se o Caderno Especial sobre a cadeia produtiva de café. Esta é a 12ª edição da parceria entre a ***Agroanalysis*** e o Conselho Nacional do Café (CNC) e outras entidades do setor – como a Comissão Nacional do Café da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), o Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (CECAFÉ), a Associação Brasileira da Indústria de Café Solúvel (ABICS) e a Associação Brasileira da Indústria de Café (ABIC). O setor está de olho na safra 2018/19, de bienalidade positiva, com maior colheita, depois de uma florada cercada de temperatura elevada e estiagem. ■



SUMÁRIO

04 EDITORIAL

07 ABRE ASPAS

07 CAPA ENTREVISTA
ANDRÉ GUIMARÃES
NEGOCIAÇÕES PARA A PRÓXIMA COP SERÃO FUNDAMENTAIS

11 FRASES & COMENTÁRIOS

12 MACROECONOMIA
CENÁRIO PARA 2018

14 AGRODROPS

16 MERCADO & NEGÓCIOS

16 CAPA ECONOMIA BRASILEIRA
O ANO DE 2018 COMEÇA MELHOR DO QUE O DE 2017

19 COP-23
META AMBICIOSA PARA BIOENERGIA E BIOCOMBUSTÍVEIS

21 CAPA MERCADO DO LEITE PARA 2018
RESULTADO DEPENDE DO GASTO COM INSUMOS

23 GESTÃO

23 POLÍTICA AGRÍCOLA
INTELIGÊNCIA TERRITORIAL

25 SUSTENTABILIDADE

25 INSERÇÃO NA TECNOLOGIA TROPICAL
REVOLUÇÃO BIOLÓGICA

28 CONTEÚDO ESPECIAL

28 CAPA CNC
EVOLUÇÃO E DESAFIO

33 COOXUPÉ
TEMPERATURAS ALTAS IMPACTAM FLORADA NOS CAFEZAIS

35 CANAPLAN
REAVALIAÇÃO DA SAFRA CANAVIEIRA 2016/17 NA REGIÃO CENTRO-SUL

43 BAYER
VOCAÇÃO BRASILEIRA

44 FAESP
O IMBRÓGLIO CHAMADO FUNRURAL

45 ANDEF
SEGURANÇA ALIMENTAR E DESENVOLVIMENTO RURAL

46 COLUNAS

46 DIÁRIO DE BORDO
OMC EM BUENOS AIRES: AVANÇAREMOS?

47 PRODUZIR
PORTARIA GARANTE MAIOR OBJETIVIDADE NO COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

48 OPINIÃO
RENOVABIO: REVOLUÇÃO ECONÔMICA E SOCIOAMBIENTAL

49 REFLEXÃO
UM GOVERNO EQUILIBRISTA

50 ESTATÍSTICA

NEGOCIAÇÕES PARA A PRÓXIMA COP SERÃO FUNDAMENTAIS

ANDRÉ GUIMARÃES

DIRETOR EXECUTIVO DO INSTITUTO DE PESQUISA AMBIENTAL DA AMAZÔNIA (IPAM)

DA REDAÇÃO

Mais uma vez, representantes de quase todos os países do mundo estiveram reunidos na Conferência das Partes (COP-23) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, na sigla em inglês), que aconteceu em Bonn, na Alemanha, no último mês de novembro. Na agenda, esteve o desafio de traçar a regulamentação do histórico Acordo de Paris, realizado na COP-21, em Paris. Oportunamente, a ***Agroanalysis*** traz as observações captadas por André Guimarães, diretor executivo do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), presente no evento. Outros depoimentos foram tomados, principalmente com relação ao papel crucial desempenhado pela preservação florestal para o equilíbrio do clima amazônico.

AGROANALYSIS: O DESMATAMENTO DIMINUI, MAS PROSSEGUE, NA AMAZÔNIA?

ANDRÉ GUIMARÃES: : De fato, a taxa de desmatamento na Amazônia caiu entre agosto de 2016 e julho de 2017, em comparação ao mesmo período anterior. Com isso, a derrubada recuou depois de dois anos com tendência de alta. Apesar dessa queda, entendemos não haver real motivo para celebração, pois o nível dessa ação continua alto. O ritmo está mais lento, mas o processo prossegue.

Na 15ª COP da UNFCCC, realizada em Copenhague (na Dinamarca), em 2009, o Brasil assumiu o compromisso voluntário com a meta de desmatar até 5 mil km² em 2020. Estamos praticamente com o dobro disso. Precisamos, na verdade, ter o foco



CLÓVIS FABIANO

de acabar com o desmatamento. Já passou da hora de pensarmos somente em comando e controle. Agora, além das punições aos desmatadores ilegais, devemos focar nas políticas públicas para estimular a produção sustentável em desmatamento.

EXISTEM PROJETOS DE LEI PARA REDUZIR AS ÁREAS DE PROTEÇÃO NA REGIÃO?

AG: No equilíbrio do clima amazônico, a preservação florestal desempenha papel crucial. Com experiência no negócio, o homem do campo possui a consciência do risco representado por um clima ruim. Na Amazônia, o desmatamento provoca aumento de temperatura em algumas regiões, tendo potencialmente efeito negativo na produção agropecuária, como mostram estudos recentes do IPAM e instituições parceiras. Na região do Parque Indígena do Xingu, no Mato Grosso, por exemplo, a temperatura aumentou quase 0,5 °C entre 2000 e 2010. Isso pode desorganizar os padrões pluviométricos regionais, com riscos adicionais para a produção agropecuária e, em última instância, para o desenvolvimento do País no médio e no longo prazos.

No entorno das áreas protegidas, a temperatura em áreas desmatadas pode chegar a até 6 °C acima da registrada dentro da floresta. Sem a presença de floresta, o esquentamento do clima poderia inviabilizar a produção agropecuária. A atividade lucrativa se esvai. Daí a superação desse falso debate entre produção e conservação florestal que alguns atores insistem em travar. Ninguém aceita isso mais na esfera da Ciência, nos mercados internacionais de *commodities*, entre os consumidores e entre os protagonistas mais modernos do setor agropecuário.

AS ÁREAS DE PROTEÇÃO SÃO BENÉFICAS?

AG: Sim. Como forma de assegurar um regador constante para lavouras, a criação e a manutenção de áreas protegidas na Amazônia constituem um excelente negócio para a agricultura. Paralelamente, contribuem para comedir as mudanças climáticas e estimular a preservação da biodiversidade. Estes dois ativos estão no centro do debate econômico

> “O FUTURO DO BRASIL (...) DEPENDE INTRINSECAMENTE DA PRESERVAÇÃO DAS NOSSAS FLORESTAS.”

mundial. Ambos contribuem, ainda, para preceituar o uso do solo em áreas onde o desmatamento tende a crescer, como os locais previstos para a construção de grandes obras de infraestrutura.

Os pleitos para se diminuírem as áreas de proteção nas Unidades de Conservação (UCs) e nas Terras Indígenas (TIs), normalmente, levantam dúvida sobre quais são os beneficiados e os prejudicados. A população brasileira e o agronegócio responsável, certamente, não fazem parte dos ganhadores. O próprio setor reconhece o tamanho da área aberta como suficiente para a produção crescer. Nos foros internacionais, o Governo mostra a imagem do Brasil como produtor de alimentos com respeito à natureza; internamente, diminui aqueles que olham a floresta como problema ao invés de solução.

Em síntese, o futuro do Brasil, exportador de alimentos para o mundo e proponente de uma nova forma de utilização dos solos com baixas emissões de carbono, depende intrinsecamente da preservação das nossas florestas.

NÃO ESTAMOS LIVRES DO DESMATAMENTO?

AG: Durante as décadas de 1980, 1990 e 2000 no Brasil, vimos as queimadas e as derrubadas de florestas afligirem literalmente o seu patrimônio. Para as gerações mais novas, essa constatação pode passar despercebida. Junto com a grilagem de terras, muitas vezes, os projetos careciam de planejamento e acompanhamento da sua execução, mesmo com emprego de incentivos e subsídios

públicos. Em um único ano (em 2004), o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) apurou 27 mil km² de floresta devastada. Conseguimos diminuir muito este número, mas a preocupação reacendeu com a volta do desmate em 2015 e 2016, em particular nas UCs.

Recebemos uma conta onerosa. A Ciência mostra como os maciços florestais são importantes para garantir a estabilidade das chuvas e do clima. Esses ativos são essenciais para a agricultura. As quebras de safra por falta de chuva e os replantios sucessivos por atraso na chegada das águas são elementos de incerteza para o agronegócio. Um estudo feito pelo IPAM e parceiros no Parque Indígena do Xingu, no Mato Grosso, região ocupada por monoculturas e pastagens, mostra aumento na temperatura de quase 1 °C ao longo de dez anos. As pessoas podem não sentir essa mudança, ao contrário do que acontece com as mudanças geradas por boi e soja, culturas que produzem menos.

ASSUMIMOS COMPROMISSOS INTERNACIONAIS NA QUESTÃO AMBIENTAL?

AG: Em 2015, tivemos a COP-21 da UNFCCC, em Paris, na França. Neste evento, foi assinado o compromisso "histórico" das Nações Unidas, o Acordo de Paris, que impõe limite à subida da temperatura média global em bem menos de 2 °C acima dos níveis pré-industriais e que garante esforços para limitar o aumento da temperatura a 1,5 °C acima dos níveis pré-industriais.

> "PARA REDUZIRMOS OS RISCOS FUTUROS ENQUANTO ESPÉCIE, DEVEMOS SER MAIS AMBICIOSOS..."

O Brasil comprometeu-se a reduzir, até 2025, a emissão de gases do efeito estufa em 37% abaixo dos níveis de 2005. E, a partir daí, reduzir, até 2030, a emissão de gases do efeito estufa em 43% abaixo dos níveis de 2005. Para isso, o País comprometeu-se a aumentar a participação de bioenergia sustentável na sua matriz energética para aproximadamente 18% até 2030, restaurar e reflorestar 12 milhões de hectares de florestas, bem como alcançar uma participação estimada de 45% de energias renováveis na composição da matriz energética.

EXISTE RISCO DE RECAÍDA?

AG: O documento foi assinado em 2015 por quase 195 países e ratificado por cerca de 160 nações até agora. O Acordo de Paris passa por checagem desde que o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, anunciou a retirada do apoio do seu país aos compromissos assinados pelo seu antecessor, Barack Obama. Na COP-22, realizada em Marrakech, no Marrocos, no ano passado, a missão era estabelecer uma agenda de implementação de medidas de fiscalização, transparência e financiamento das metas estabelecidas no Acordo de Paris.

Caso as Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) acordadas em Paris sejam cumpridas, segundo especialistas, o mundo ficaria com pouco mais de 2 °C acima dos níveis pré-industrialização. Entretanto, já se antecipam muitas alterações em regimes de chuvas e fenômenos climáticos com esse aumento. Para reduzirmos os riscos futuros enquanto espécie, devemos ser mais ambiciosos, antecipar prazos, aumentar as metas, ampliar os instrumentos de apoio para países em desenvolvimento. São estas ações que, talvez, nos permitam atingir um patamar abaixo dos 2 °C, o que certamente nos daria mais tranquilidade para planejar o nosso futuro.

OS RESULTADOS DA COP-23 ATENDERAM AS EXPECTATIVAS?

AG: De certa forma, os resultados ficaram aquém do esperado. É importante frisar que essa é uma

COP intermediária, com a função de regulamentar o Acordo de Paris. Houve muita discussão sobre isso. Entretanto, a COP foi contaminada pela decisão de saída dos EUA do Acordo de Paris. Isso pode comprometer a contribuição dos países para o Fundo Verde do Clima e fragilizar um pouco as negociações, de forma a colocar bastante dúvida sobre o futuro.

Esse cenário fez com que os demais países fortalecessem o compromisso assumido na COP-21, com isolamento dos EUA como o único país do mundo fora do Acordo de Paris, após a adesão da Síria, em Bonn. A próxima COP, na Polônia, será chave para fechar essa regulamentação, assim como as próximas rodadas de negociação para o cumprimento das NDCs. Infelizmente, pouco se disse sobre como irmos além disso, para atingirmos 1,5 °C, e não os 2 °C originalmente previstos nas metas do clima. Essas discussões foram praticamente inexistentes. As negociações na próxima COP serão fundamentais para uma regulamentação clara e o monitoramento das metas.



BARBARA FROMMANN/IPAM

> “...PRECISAMOS ESFORÇAR-NOS PARA INSERIRMOS MAIS A AGENDA DE FLORESTAS E USO DO SOLO.”

PARA O BRASIL, OS IMPACTOS SÃO POSITIVOS OU NEGATIVOS?

AG: Com uma participação substancial do Governo e da sociedade civil, a Amazônia foi muito discutida, assim como as medidas de combate ao desmatamento. Mas, esses temas são laterais ao objeto da COP de regulamentar o Acordo de Paris. Enquanto País, precisamos esforçar-nos para inserirmos mais a agenda de florestas e uso do solo. Essa é a grande oportunidade para o Brasil, tanto do ponto de vista de contribuição para mitigar mudanças climáticas ao reduzir desmatamento e tornar o uso do solo eficiente, quanto do ponto de vista das oportunidades de desenvolvimento.

Tivemos, sim, uma participação importante, porém também atuamos sob a ameaça de tramitação no Congresso Nacional da Medida Provisória nº 795, que concede subsídios ao setor de petróleo e gás. Isso rendeu o prêmio “Fóssil do Dia”, dado pela Climate Action Network (CAN), como maneira de sinalizar que o Brasil não está fazendo o que dele se espera. Teremos de trabalhar muito forte junto ao Governo para mudar posições em relação a florestas e uso do solo, de modo a termos um papel de protagonista nas futuras rodadas de negociação da COP. ■

FRASES & COMENTÁRIOS



SISTEMAFAMASUL.COM.BR

Atualmente, a Famasul participa de mais de 130 conselhos, comissões e comitês relacionados ao agro. Isso demonstra a representatividade dos nossos produtores rurais.

MAURICIO SAITO, presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (Famasul), na comemoração dos quarenta anos da entidade

"Cada R$ 1 milhão investido no agronegócio gera R$ 3,3 milhões em produção, 49 novos postos de trabalho e R$ 367 mil em salários. Nenhum setor tem essa condição de multiplicar esforços e recursos."

JOSÉ ZEFERINO PEDROZO, presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina (FAESC) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural no estado (SENAR/SC)

"Para desenvolver modelos de produção e de preservação dos recursos naturais de forma sustentável, caminharemos junto com o Brasil na adoção de novas tecnologias e na capacitação dos agricultores, por meio do fortalecimento da assistência técnica."

ALAN BOJANIC, representante da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) no Brasil

"Demos sorte com o clima nos últimos anos, com a falta de dinheiro para o seguro rural. Se tivermos alguma catástrofe natural para valer, os produtores serão os mais prejudicados."

PEDRO LOYOLA, presidente do Conselho Consultivo do Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural (CGSR) e economista da Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP)

"Temos apontado os riscos na comercialização e no armazenamento de insumos. A parceria com empresas na área de seguro rural é um caminho para proteger o produtor e os demais elos da cadeia de produção."

HENRIQUE MAZOTINI, presidente executivo da Associação Nacional dos Distribuidores de Insumos Agrícolas e Veterinários (ANDAV)

"Aproximar-se dos principais personagens que convivem com o agricultor e o trabalhador no campo é crucial para o bom desempenho do Censo Agro 2017."

ROBERTO OLINTO RAMOS, presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sobre o acordo de cooperação firmado com a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) e 43 entidades representativas do setor agropecuário

"A partir da operação Carne Fraca, deflagrada pela Polícia Federal do Brasil, percebemos a nossa vulnerabilidade quanto a uma forte autoridade sanitária na agropecuária."

EVANDRO ROMAN, deputado federal (PSD-PR) e coordenador da Comissão de Defesa Agropecuária da FPA

"Temos de enfrentar o desafio de propor soluções privadas para o financiamento e o seguro rural, com menos burocracia e custo, para montar o agro do futuro."

MÁRCIO LOPES DE FREITAS, presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), na reunião do Conselho das Entidades do Agro

CENÁRIO PARA 2018

ROGÉRIO MORI
Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV-EESP)

O ANO de 2017 marcou o ambiente macroeconômico de múltiplas formas, tanto positivamente, quanto negativamente.

No campo positivo, a grande notícia foi a queda da inflação. Desde 2009, a inflação brasileira medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) situou-se recorrentemente acima do centro da meta estabelecida, de 4,5%. O caos no campo inflacionário ocorreu em 2015, tendo por base a leniência do Banco Central (BACEN) no combate à inflação nos anos anteriores. O ambiente permissivo contaminou gradativamente as expectativas de inflação dos agentes econômicos, contribuindo para um quadro de progressiva deterioração da trajetória dinâmica dos preços. O desastre em 2015 foi coroado com a forte alta de preços de energia elétrica, promovida pelo governo Dilma para corrigir as distorções no setor geradas pelo próprio governo anteriormente (que já estavam afetando duramente as contas públicas).

Desde a mudança do governo, em agosto de 2016, o BACEN passou a assumir uma postura mais dura com relação à inflação. Claramente, uma boa parte do desgaste do governo anterior no campo econômico teve como origem o seu próprio descaso com a inflação, o que gerou uma aceleração da corrosão



SHUTTERSTOCK

da renda, particularmente das camadas mais baixas da população. O novo governo assumiu o quadro recessivo herdado como um dado da realidade sobre o qual não havia muito a ser feito naquele momento e, corretamente, priorizou o combate da inflação desde o segundo semestre do ano passado.

O acerto da política monetária praticada ao longo do último ano e meio foi materializado na queda da inflação, que, pela primeira vez em anos, se situa abaixo da meta de 4,5%. De fato, a inflação brasileira surpreendeu positivamente, registrando resultados abaixo do previsto ao longo dos últimos meses. Este fenômeno tem aberto espaço para que o BACEN promova cortes na meta da taxa básica de juros – Selic – superiores aos projetados no começo do ano. Tudo indica que a meta da Selic fechará o ano em 7% ao ano.

Outro aspecto positivo que marcou 2017 foi o fim da recessão que o País atravessou. Desde 2014, os sinais de esgotamento do modelo de crescimento imposto pelo governo anterior – baseado na expansão do crédito e nos aumentos dos gastos do governo – eram evidentes. O que se mostrou inesperado foram a profundidade e a duração da recessão (a mais longa registrada desde o pós-guerra) que a economia brasileira atravessou. De fato, o excesso de endividamento das famílias, herdado dos estímulos exagerados ao crédito promovidos pelo governo anterior, levou a uma situação em que a demanda agregada passou a cair recorrentemente, com consequente queda na produção e na renda do País. Nesse sentido, o governo não tinha instrumentos de política econômica para lidar com esse fenômeno, uma vez que o desajuste das contas públicas ensejava menos gastos do governo, o que limitava o seu campo de ação para estimular a demanda agregada pela via fiscal. Do lado da política monetária, a prioridade era o combate à inflação, o que, em outras palavras, significava que não havia espaço para cortes de juros naquele momento. A saída encontrada pelo governo para tentar estimular a demanda agregada foi por vias não convencionais, consubstanciada na disponibilização de contas inativas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para a população. Essa medida contribuiu, por um lado, para aliviar o endividamento das famílias e, por outro, gerar algum estímulo ao consumo.

De qualquer forma, as indicações são de que a economia brasileira crescerá algo entre 0,5% e 1,0% neste ano, e se projeta um crescimento modesto de pouco mais de 2,0% em 2018. Em outras palavras, é razoável admitir que o pior em termos de crescimento ficou para trás.

O grande nó da economia brasileira permanece no campo fiscal, com um déficit público expressivo e um crescimento da dívida acentuado. O maior problema deste lado vem da ausência de medidas mais efetivas de ajuste fiscal. Embora o governo aponte claramente para a necessidade de um acerto do lado das contas públicas, ele claramente demonstra que não tem mais forças políticas para promover grandes mudanças. Isso significa que apenas um novo governo, imbuído de força política após um processo eleitoral, terá condições de promover maiores mudanças. Em outras palavras, mudanças palpáveis que possam promover um redirecionamento da trajetória insustentável das contas públicas só ocorrerão em 2019 (a conferir). ■

AGRODROPS

CORRESPONDÊNCIAS PARA ESTA SEÇÃO DEVEM SER ENVIADAS
PARA O E-MAIL AGRODROPS@AGROANALYSIS.COM.BR

RENOVABIO

Lançada em dezembro do ano passado, a Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio) foi a consulta pública no primeiro trimestre deste ano. Em junho, as suas diretrizes foram aprovadas pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE). Com risco de não ser analisada e aprovada pelo Congresso, descartou-se a forma de apresentá-la como Medida Provisória (MP). Desta maneira, foi apresentado à Câmara de Deputados o Projeto de Lei (PL) nº 9.086/17, de autoria do deputado Evandro Gussi (PV-SP), presidente da Frente Parlamentar Mista do Biodiesel. A partir de agora, começa a tramitação no Congresso, com o envolvimento também do Senado.

O seu PL estipula a adição obrigatória de biodiesel ao diesel em 15% até 2022 e em 20% até 2030. Atualmente, a mistura é de 8%, mas será elevada para 10% a partir de março de 2018. Já a mistura obrigatória de etanol anidro a gasolina deverá passar dos atuais 27% para 30% até 2022, até chegar a 40% em 2030. No total, a participação de etanol na matriz de combustíveis, considerando-se anidro e hidratado, deverá ser de 40% em 2022 e 55% em 2030. Há, ainda, metas para a expansão do uso de bioquerosene e biometano.

BIOMASSA NA MATRIZ ENERGÉTICA DO BRASIL

A biomassa voltou a ser a segunda fonte de geração mais importante do Brasil na Oferta Interna de Energia Elétrica (OIEE) em 2016, superando a participação do gás natural. Compõem a biomassa o bagaço e a palha da cana, os resíduos de madeira da produção de celulose, o biogás, a casca de arroz, dentre outros pouco significativos. As informações são do Boletim Mensal de Energia (referência: dezembro de 2016), elaborado pelo Ministério de Minas e Energia (MME).

BRASIL: OFERTA DE ENERGIA
(TONELADAS DE ENERGIA EQUIVALENTE DE PETRÓLEO)

ENERGIA	2015		2016	
	Quantidade	Part. %	Quantidade	Part. %
1. Não renovável	175,9	58,7	162,6	56,4
Petróleo e derivados	111,6	37,2	105,4	36,6
Gás natural	41,0	13,7	35,6	12,4
Carvão mineral	17,6	5,9	15,9	5,5
Outros	5,7	1,9	5,7	1,9
2. Renovável	123,7	41,3	125,4	43,6
Hidráulica e eletricidade	33,9	11,3	36,3	12,6
Lenha e carvão vegetal	24,9	8,3	23,1	8,0
Cana-de-açúcar	50,6	16,9	50,3	17,5
Outros	14,3	4,8	15,7	5,5
Total (1 + 2)	299,6	100,0	288,0	100,0

Fonte: EPE/MME

DÉFICIT NO ORÇAMENTO DO SEGURO RURAL

A crise fiscal aperta o orçamento federal de 2018. Para o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR), a proposta encaminhada pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão ao Congresso Nacional prevê uma redução de R$ 550 milhões para R$ 410 milhões. Neste ano, falta ainda liberar R$ 30 milhões. O PSR banca até 55% do valor dos contratos. Desde 2012, os valores do orçamento previsto não acompanham os do executado.

ORÇAMENTO DO PSR
(R$ MILHÕES)

ANO	Previsto	Executado
2010	238,6	197,1
2011	406,3	253,5
2012	174,0	318,2
2013	400,0	557,9
2014	400,0	693,5
2015	282,3	282,3
2016	398,6	398,6
2017*	400,0	370,0

* Janeiro a outubro
Fonte: MAPA

QUEBRA NA PRODUÇÃO DE LARANJA

O furacão Irma, em setembro último, provocou uma enorme quebra na produção de laranjas no estado da Flórida, o maior produtor dos EUA. Na temporada de outubro de 2017 a setembro de 2018, a colheita terá a menor quantidade desde 1947, quando não era comum a irrigação de cítricos. Para piorar, o *greening* ou amarelão tem sido uma doença devastadora dos pomares. De cinquenta empresas processadoras de suco, sobraram apenas sete.

FLÓRIDA: PRODUÇÃO DE LARANJA

SAFRA	Milhões de caixas de 40,8 kg
2010/11	140,5
2011/12	146,7
2012/13	133,6
2013/14	104,7
2014/15	96,9
2015/16	81,7
2016/17	68,7
2017/18	54,0

Fonte: USDA

PRODUTOS LÁCTEOS PARA O JAPÃO

O mercado japonês é o sétimo maior importador mundial de lácteos. Em 2016, o país asiático importou cerca de 62 mil toneladas de soro de leite em pó, 13,0 mil toneladas de manteiga, 258,0 mil toneladas de queijos e 201,5 mil toneladas de outros produtos lácteos (leite em pó desnatado, caseína, caseinatos, lactose, entre outros). O valor dessas mercadorias correspondeu a US$ 1,2 bilhão. Depois de dois anos de negociação, a Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SRI/MAPA) recebeu o comunicado de acesso do Brasil ao mercado de leite e produtos lácteos do Japão.


SHUTTERSTOCK

ECONOMIA BRASILEIRA

O ANO DE 2018 COMEÇA MELHOR DO QUE O DE 2017

FELIPPE SERIGATI
Doutor em Economia pela Escola de Economia de São Paulo (FGV-EESP), professor e pesquisador do Centro de Agronegócio da FGV (GV Agro) – felippe.serigati@fgv.br

ROBERTA POSSAMAI
Mestre em Economia Agrícola pela FGV-EESP e pesquisadora do GV Agro – roberta.possamai@gvmail.br

KELLEN SEVERO
Jornalista pós-graduada em Economia pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas na Universidade de São Paulo (Fipe/USP), apresentadora e editora-chefe do jornalístico Mercado&Cia, no Canal Rural – severokellen@gmail.com

MESMO APÓS um ano repleto de turbulências, notadamente do lado político, 2017 entrega a economia brasileira para o ano de 2018 em uma situação bem melhor do que aquela que recebeu de 2016. Para explicar a recuperação econômica em 2017, merecem destaque a forte expansão do agronegócio, a contínua e intensa redução da taxa de juros e o avanço da agenda de reformas. Embora essa conjuntura tenha permitido a evolução favorável de diversas variáveis, outras ainda terão que melhorar em 2018, como o mercado de trabalho e as finanças públicas. Apesar dos avanços observados, o desafio continua grande. Porém, as perspectivas hoje são melhores do que há um ano.

O QUE MELHOROU AO LONGO DE 2017?

Após dois anos de forte contração, a economia brasileira voltou a crescer em 2017. Embora os números finais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) só serão conhecidos em março de 2018, as projeções da pesquisa Focus do Banco Central do Brasil (BACEN) sugerem uma expansão



SHUTTERSTOCK

em torno de 0,7%. Três fatores são fundamentais para explicar a recuperação ao longo do ano de 2017:

- A forte safra 2016/17 produzida pelo agronegócio nacional, que permitiu uma intensa queda da inflação de alimentos e bebidas, que, por sua vez, combinada com a política monetária mais restritiva executada desde 2015, derrubou a inflação brasileira.

- A contínua e intensa redução da taxa de juros: a desinflação mencionada anteriormente permitiu que o BACEN reduzisse fortemente a taxa de juros, que era de 14,25% a.a., em setembro de 2016, e, no final de novembro de 2017, estava em 7,50% a.a. – uma queda de quase sete pontos percentuais; algo inédito na economia brasileira!

- O esforço do governo federal e, principalmente, da sua equipe econômica para executar uma agenda de reformas econômicas essencial: o avanço desta agenda permitiu a recuperação da confiança dos agentes econômicos, o que levou, entre o final de 2016 e o segundo semestre de 2017, à redução do risco-país e à reversão da forte contração da produção do setor industrial e do volume de vendas do comércio varejista.

O QUE PRECISA MELHORAR EM 2018?

Apesar dos números anteriores favoráveis, infelizmente, há variáveis que ainda não conseguiram apresentar melhoras robustas. Neste conjunto, dois grandes grupos de variáveis merecem destaque:

- Mercado de trabalho: foi justamente ao longo do primeiro trimestre de 2017 que a taxa de desocupação (a popular "taxa de desemprego") na economia brasileira atingiu o seu pico (13,7%), indicando que mais de 14 milhões de pessoas estavam desocupadas. Ao longo do ano, o mercado de trabalho exibiu uma recuperação lenta e concentrada nas ocupações informais. A perspectiva é de que, ao longo de 2018, o mercado de trabalho permaneça na sua trajetória de recuperação, uma vez que foi observado um aumento da abertura de vagas com carteira assinada no final do terceiro trimestre.

COMPARAÇÃO DE DIVERSOS INDICADORES ECONÔMICOS ENTRE 2016 E 2017*

INDICADOR	Valores em	
	2016	2017*
INDICADORES QUE SE RECUPERARAM EM 2017		
PIB total	-3,60%	0,70%
PIB da agropecuária	-6,60%	11,50%
PIB da indústria	-3,80%	-0,20%
PIB dos serviços	-2,70%	0%
Inflação (IBGE)	6,30%	2,70%
Taxa Selic	13,75%	7,50%
Produção industrial	-6,40%	0,40%
Comércio varejista	-6,20%	0,60%
Risco-país - EMBI+ (bps)	328	246
INDICADORES QUE AINDA NÃO SE RECUPERARAM EM 2017		
Setor de serviços	-5,0%	-4,3%
Taxa de desocupação	12,0%	12,4%
Resultado primário (% do PIB)	-2,5%	-2,4%
Resultado nominal (% do PIB)	-9,0%	-8,8%
Dívida bruta (% do PIB)	69,9%	76,6%

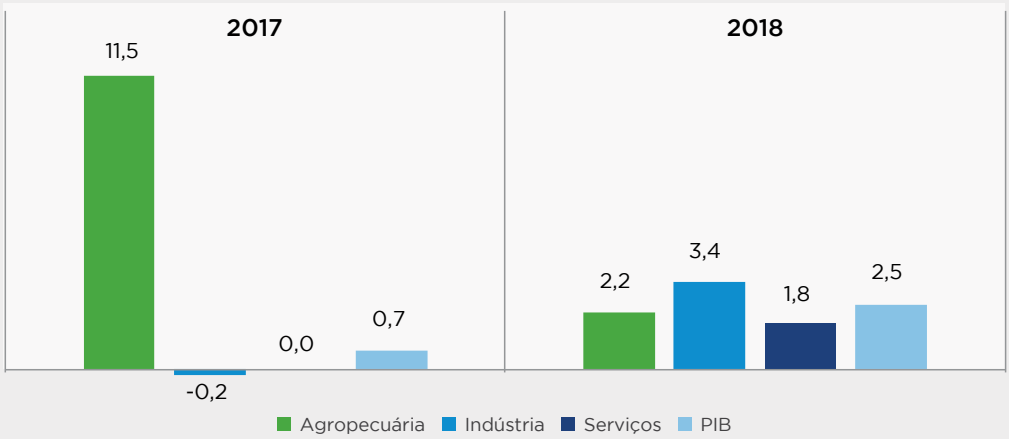
* Média móvel de doze meses até a última observação disponível ou projeções da pesquisa Focus do BACEN
Fonte: IBGE; BACEN; J.P. Morgan

- Contas públicas: é justamente no lado fiscal que está, atualmente, a situação mais delicada da economia brasileira e, portanto, a sua maior fonte de risco e incerteza. As contas públicas continuam deterioradas, com gastos do Governo superiores às suas receitas – o déficit público ficou praticamente inalterado, em torno de 9% do Produto Interno Bruto (PIB), entre 2016 e 2017. Infelizmente, diferentemente da recuperação no mercado de trabalho, que parece já estar encaminhada, o equilíbrio das contas públicas demandará a continuidade do avanço da agenda de reformas. Esta dependerá do perfil do grupo político que assumir o controle do Palácio do Planalto a partir de 2019. Infelizmente, a incerteza nesse ponto ainda é muito grande.

AGRONEGÓCIO: O PRINCIPAL (TALVEZ ÚNICO) SETOR QUE FEZ A ECONOMIA CRESCER EM 2017

Certamente, o ano de 2017 ficará registrado como um dos melhores para o agronegócio brasileiro. Devido à ótima safra 2016/17, as projeções da pesquisa Focus do BACEN sugerem que o PIB das atividades agropecuárias cresceu 11,5% neste ano – é a maior taxa de crescimento registrada nas séries históricas do IBGE. De acordo com as projeções da pesquisa Focus, em 2017 o setor industrial deve ter encolhido 0,2% e o setor de serviços, estagnado (0,0%). Desta forma, como as atividades agropecuárias devem ter sido o único setor com crescimento ao longo do ano, a projeção de expansão de 0,7% para a economia brasileira terá sido resultado, em termos agregados, exclusivamente do forte crescimento do agronegócio nacional.

PROJEÇÕES PARA 2017 E 2018 QUANTO AO PIB DO BRASIL E AO DOS PRINCIPAIS SETORES ECONÔMICOS



Fonte: Pesquisa Focus/BACEN – projeção de 17 de novembro de 2017

Se, por um lado, o ano de 2018 não deve reservar um desempenho tão forte para as atividades agropecuárias; por outro lado, os demais setores da economia brasileira, após três anos, finalmente, devem voltar a crescer. Em outras palavras, com a contribuição dos seus três grandes setores (não apenas do agronegócio), em 2018 há a projeção de que a economia brasileira volte a crescer de forma minimamente robusta (2,5%). Embora esta seja uma perspectiva muito boa, é necessário estarmos atentos aos desdobramentos do quadro eleitoral de 2018, pois a sinalização de que a agenda de reformas possa ter sido perdida levará à reversão de parte dos ganhos obtidos até o momento. ■

COP-23

META AMBICIOSA PARA BIOENERGIA E BIOCOMBUSTÍVEIS

PLINIO M. NASTARI

Presidente da DATAGRO e representante da sociedade civil no Conselho Nacional de Política Energética (CNPE)

A 23ª Conferência das Partes signatárias (COP-23) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, na sigla em inglês), realizada em Bonn, durante a primeira quinzena de novembro, foi uma oportunidade para que governos e Organizações Não Governamentais (ONGs) de todo o mundo reafirmassem a sua preocupação com os impactos previstos e as estratégias de mitigação do aquecimento global. Boa parte das discussões tem apresentado como referência a meta de limitar o aquecimento a um aumento máximo de 2 °C até 2050. Este é o limite para evitar consequências mais severas do aquecimento causado pelo acúmulo de gases do efeito estufa na atmosfera. Governos de diferentes países, representações setoriais e entidades da sociedade civil debateram avaliações e propostas.

O ponto alto da Conferência em Bonn foi o evento organizado pelos governos de vinte países – dentre os mais populosos, de maior expressão econômica do mundo e que representam

SHUTTERSTOCK



metade da população e 37% do Produto Interno Bruto (PIB) do Planeta – para apresentar a sua visão sobre o que será necessário para atingir a meta de 2 °C. Somaram-se a esse coro a Agência Internacional de Energia (IEA, na sigla em inglês) e a Agência Internacional de Energia Renovável (IRENA, também na sigla em inglês). O evento da Plataforma para o Biofuturo representando esses vinte países apresentou uma Declaração de Visão, em que aponta que a proporção da bioenergia na demanda global de energia precisa dobrar e que a proporção dos biocombustíveis precisa triplicar até 2030; em volume (ou em megajoules), precisa crescer muito mais.

Os governos desses países, de forma conjunta, declararam que a bioenergia será chave não apenas para reduzir a poluição atmosférica, mas também para aumentar a diversidade e a segurança energéticas.

Uma bioeconomia expandida – definida como o conjunto de atividades relacionadas à inovação, ao desenvolvimento, à produção e ao uso de biomassa e/ou processos para a produção de energia, materiais e produtos químicos renováveis – precisa ser baseada em práticas sustentáveis para garantir a redução inequívoca de emissões de carbono e evitar impactos negativos dos pontos de vista ambiental, social e econômico. Apesar do crescente consenso sobre a importância e a urgência de acelerar o desenvolvimento da bioenergia e dos biocombustíveis, investimentos não estão ocorrendo na intensidade necessária, e a implementação de tecnologias encontra inúmeras barreiras, como a superação da escala inicial, riscos financeiros, a volatilidade dos preços do petróleo e de outras matérias-primas e incertezas regulatórias.

À luz dessa constatação, a Declaração de Visão dos países que compõem a Plataforma para o Biofuturo foi inequívoca: é preciso aumentar significativamente a contribuição da bioenergia moderna e sustentável na demanda final de energia; aumentar significativamente a proporção dos biocombustíveis sustentáveis e de baixa pegada de carbono nos combustíveis para transporte; gradualmente reduzir as emissões de carbono com base em avaliações do ciclo de vida, usando mais biocombustíveis em substituição a combustíveis fósseis; aumentar significativamente os investimentos globais em bioenergia sustentável e de baixo carbono, incluindo biorrefinarias avançadas e flexíveis que sejam capazes de produzir energia e produtos baseados em biomassa.

Durante o evento da Plataforma para o Biofuturo na COP-23, o Brasil anunciou o aumento da mistura de biodiesel ao diesel fóssil de 8% para 10%, a partir de 1º de março de 2018, e a formulação e a apresentação do RenovaBio como instrumento regulatório e estratégia para estimular o investimento privado na expansão da produção e do uso de biocombustíveis sustentáveis. O RenovaBio não é subsídio nem tributo sobre carbono; é um instrumento de indução de ganhos de eficiência e de reconhecimento da capacidade de cada biocombustível de promover descarbonização. A proposta do programa é recompensar quem está fazendo certo, e não punir quem faz errado (como usar combustível fóssil). A proposta formulada no âmbito do CNPE, sob a coordenação do Ministério de Minas e Energia (MME), foi apresentada como Projeto de Lei (PL nº 9.086/17) pelo deputado Evandro Gussi (PV-SP), a tempo de ser abordada na COP-23.

O secretário-geral de Meio Ambiente do Ministério das Relações Exteriores (MRE), José Antônio Marcondes de Carvalho, negociador-chefe do Brasil para o Acordo do Clima, saudou a Declaração de Visão apresentada em Bonn como um grande avanço depois de nove meses de negociações e a apresentação pelo Brasil do RenovaBio e da adoção do B10 a partir de março de 2018 como uma contribuição efetiva em termos de modelo de regulação visando à redução do aquecimento global por meio da indução das forças de mercado na direção desejada. ■

MERCADO DO LEITE PARA 2018

RESULTADO DEPENDE DO GASTO COM INSUMOS

RAFAEL RIBEIRO DE LIMA FILHO
Zootecnista da Scot Consultoria

ALEX SANTOS LOPES DA SILVA
Zootecnista da Scot Consultoria

GUSTAVO ADOLPHO MARANHÃO AGUIAR
Zootecnista da Scot Consultoria

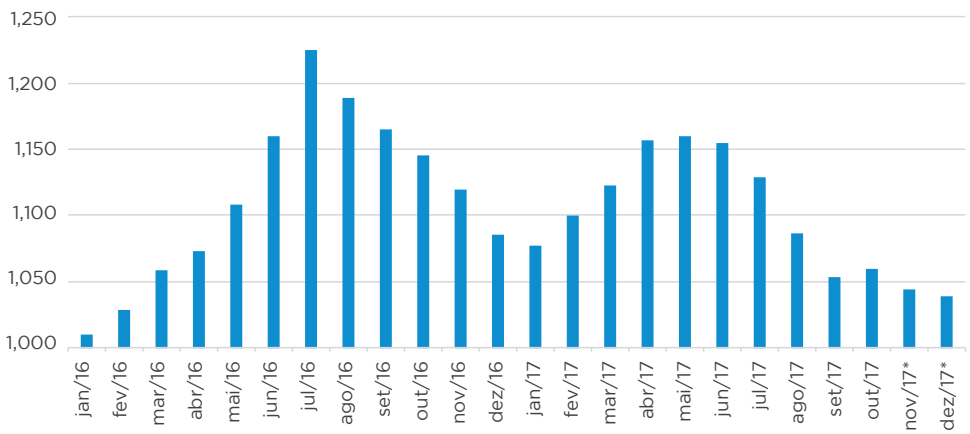
A DEMANDA fraca na ponta final da cadeia produtiva e o aumento da produção pressionaram para baixo os preços do mercado do leite no Brasil em 2017. Do lado da oferta, depois de dois anos de queda, o volume produzido aumentou no País, com o clima mais favorável e a queda nos custos de produção.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a produção caiu 1,5% em 2015, quando em comparação a 2014. Em 2016, houve outra queda: 2,8%. Em 2017, de acordo com o Índice de Captação de Leite da Scot Consultoria, de janeiro a outubro, a produção aumentou 2,2% acima do número registrado no mesmo período do ano anterior.

Este aumento, porém, ocorreu justamente em um ano de consumo fraco, reflexo da crise econômica vivida pelo País. Esse quadro de oferta superior a demanda gerou estoques de produtos no mercado interno, principalmente leite longa vida (UHT, leite em pó e queijo muçarela). Com isso, uma pressão de baixa foi instalada em todos os elos da cadeia, especialmente neste segundo semestre.

Para o produtor, as quedas ocorreram desde junho, com a média nacional do litro cotada em R$ 1,099

BRASIL: PREÇO MÉDIO DO LEITE PAGO AO PRODUTOR
(R$ POR LITRO, SEM O FRETE, DEFLACIONADO)



* Estimativa
Fonte: Scot Consultoria

ESTADO DE MINAS GERAIS: RESULTADO ECONÔMICO DA PECUÁRIA DE LEITE

SISTEMA DE PRODUÇÃO	Custos de produção (R$/litro)			Preço ao produtor (R$/litro)			Margem do produtor (R$/litro)		
	2016	2017	Var. %	2016	2017	Var. %	2016	2017	Var. %
Média/alta tecnologia (25 mil litros de leite/ hectare/ano)	1,226	1,130	-7,8%	1,245	1,219	-2,1%	0,019	0,088	363,2%
Baixa tecnologia (1,5 mil litros de leite/ hectare/ano)	1,085	1,047	-3,5%	1,118	1,095	-2,1%	0,033	0,048	45,5%

Fonte: Scot Consultoria

por litro em 2017. A baixa é de 1,4% em relação à média de 2016, considerando os valores deflacionados. O resultado só não foi pior porque a redução dos custos foi maior do que a queda nos preços do leite.

RESULTADOS ECONÔMICOS

Em 2017, a margem para o produtor de leite foi melhor do que em 2016, em função da redução nos custos de produção. No estado de Minas Gerais, os preços do leite ao produtor tiveram, em média, um recuo de 2,1% em 2017 frente a 2016, quando se levam em conta os sistemas de produção de alta e de baixa tecnologia. Nesse mesmo período, os custos de produção caíram, em média, 5,7% no estado, segundo o Índice Scot Consultoria de Custo de Produção da Pecuária Leiteira.

Em resumo, 2017 foi um ano apertado em termos de margem para o produtor de leite, principalmente no segundo semestre, mas, em média, foi melhor do que 2016. Este resultado dependeu bastante, também, da estratégia de cada propriedade com relação à compra de insumos, tendo em vista as oportunidades de compra a preços menores, mas com grande oscilação ao longo do ano, dependendo do produto.

EXPECTATIVAS E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para 2018, as apostas estão na retomada do crescimento da demanda interna por lácteos no País, ainda de forma tímida. Com os sinais de recuperação da economia brasileira, o incremento no consumo será fundamental para o mercado do leite, visto a expectativa de crescimento da produção de leite.

Estimamos um incremento de 1,8% em 2018 frente a 2017, com a volta do volume de leite captado no País ao patamar de 35 bilhões de litros. Para o produtor, a expectativa é de retomada dos preços do leite a partir de janeiro de 2018, à medida que a curva de produção começar a cair nas principais bacias leiteiras (início da entressafra).

A considerar o cenário ligeiramente melhor do lado da demanda por lácteos no próximo ano, existe espaço para altas de preços no primeiro semestre de 2018, na comparação com o quadro conjuntural em igual período de 2017. A expectativa é de que a amplitude deste aumento seja maior do que a registrada no primeiro semestre de 2017, mas dependerá de uma recuperação do consumo interno.

Do lado dos custos de produção, porém, o pecuarista deverá encarar preços maiores para os principais insumos, tais como os alimentos concentrados (milho e farelo de soja), fertilizantes, entre outros. Ou seja, apesar da estimativa de preços em patamares maiores para o produtor de leite em 2018 frente a este ano, com valorizações previstas acima da inflação, os custos de produção pesarão mais nos resultados da atividade durante 2018.

Em termos de margem da atividade leiteira, há dependência da estratégia adotada por cada produtor. Por exemplo, já se constata que há produtores se antecipando nas compras de milho, na tentativa de fugir das altas previstas para os próximos meses. ■

POLÍTICA AGRÍCOLA

INTELIGÊNCIA TERRITORIAL

EVARISTO E. DE MIRANDA
Chefe-geral da Embrapa Monitoramento por Satélite

AS POLÍTICAS públicas e privadas para desenvolvimento agropecuário são focadas tradicionalmente em cadeias produtivas ou categorias de agricultores. Hoje, essas abordagens estão bastante esgotadas e trazem poucas contribuições aos novos desafios do agronegócio.

A inteligência territorial estratégica busca superar essas limitações. Trata-se de um novo campo de atuação, desenvolvido no âmbito da pesquisa agropecuária brasileira na última década.

A interlocução com associações do agronegócio, atores nas temáticas sociais e agrárias e formuladores de políticas públicas nos governos federal e estaduais indica a pertinência de tratar do desenvolvimento agropecuário em bases territoriais.

Os métodos desenvolvidos permitem a estruturação de Sistemas de Inteligência Territorial Estratégica (SITEs), capazes de integrar e analisar em conjunto informações dos quadros natural, agrário, agrícola, de infraestrutura e socioeconômico, em diversas escalas temporais e espaciais.

Situações territoriais **equiproblemáticas** e **equipotenciais**, em termos de desenvolvimento, são mapeadas e qualificadas. Diversos SITEs já foram desenvolvidos para macrorregiões e estados, com detalhamento em regiões geoeconômicas, microrregiões e municípios.

Não se trata de "empilhar dados" em sistemas de informação geográfica, como ocorre em muitas iniciativas de planejamento territorial. Nestes casos, a capacidade de empilhamento parece inversamente proporcional à capacidade de análise. A questão analítica é fundamental para que, em cada um dos quadros estudados e suas interações, sejam identificados os processos e os atores determinantes, sempre em bases territoriais.

Essa inovação metodológica foi aplicada com sucesso pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) na caracterização da região geoeconômica do MATOPIBA, na construção de agendas para a inovação e no desenvolvimento sustentável da agropecuária em diversas escalas e regiões do Brasil por meio do seu Grupo de Inteligência Territorial Estratégica (GITE).

FRAGMENTAÇÃO E INTEGRAÇÃO

As abordagens por diversas categorias de agricultores (pequenos, médios e grandes; familiares e empresariais; cooperativados; sem terra; capitalizados; integrados etc.) ou por cadeias produtivas (soja, milho, arroz, feijão, fruticultura etc.) certamente continuarão a existir. Contudo, elas tendem a segmentar o espaço rural, criando, em muitos casos, oposições e conflitos desnecessários.

A perspectiva integradora da inteligência territorial vislumbra o processo de desenvolvimento e inovação na escala territorial em suas múltiplas dimensões: natural, agrária, agrícola, rural, socioeconômica etc.

EXEMPLOS OPERACIONAIS

Os métodos e os procedimentos desenvolvidos pelo GITE em inteligência territorial servem de base a diversos processos de gestão e monitoramento territorial. Dentre eles, merece destaque o desenvolvimento do Sistema de Inteligência Territorial da Macrologística da Agropecuária do Brasil.

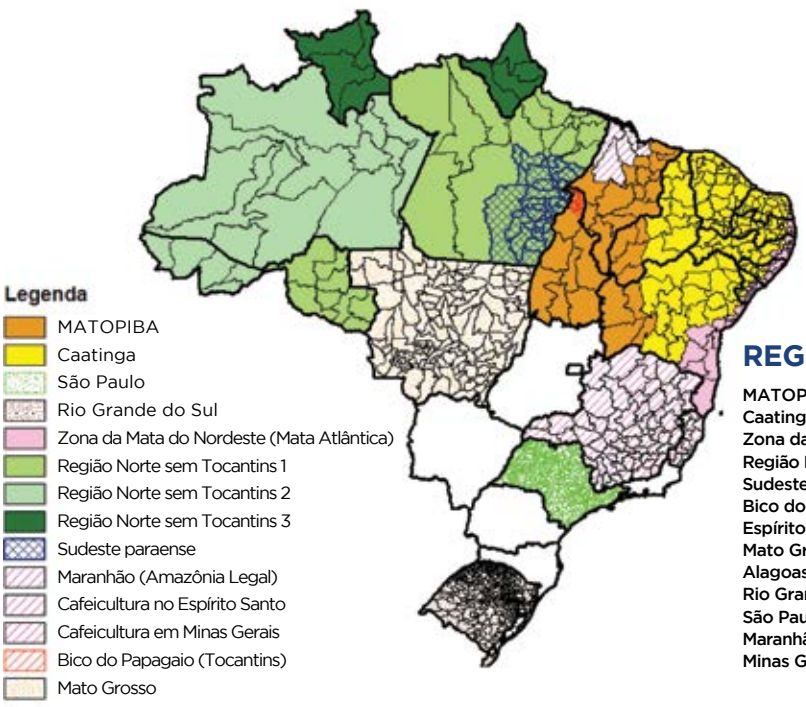
Este sistema garante um melhor entendimento da logística dos transportes de cargas do agronegócio perante as dimensões estruturantes da rede logística brasileira e as suas conexões inter-regionais, articuladoras do território nacional aos mercados externos.

Com a participação de Unidades da Embrapa e dezenas de parceiros do agronegócio, estão em estudo e/ou em construção SITEs para:

- Agricultura de montanha (Embrapa Agrobiologia);
- Campos de Cima da Serra (Embrapa Uva e Vinho);
- Agricultura de sequeiro no semiárido (Embrapa Semiárido);
- Pantanal (Embrapa Pantanal);
- Territórios do algodão (Embrapa Algodão), da soja (Embrapa Soja), da caprinocultura (Embrapa Caprinos e Ovinos), da maricultura (Embrapa Meio-Norte) e outros produtos;
- Sistemas de abrangência estadual para Roraima (Embrapa Roraima), Mato Grosso (Embrapa Agrossilvipastoril), Amapá (Embrapa Amapá) e Rondônia (Embrapa Rondônia);
- Região geoeconômica do SEALBA – Sergipe, Alagoas e Bahia – (Embrapa Tabuleiros Costeiros) ou o caso da inteligência territorial aplicada à transferência de tecnologia para a agricultura familiar (Embrapa Monitoramento por Satélite).

A proposta de integrar essas iniciativas em um projeto especial da Embrapa já foi submetida à Diretoria da empresa. Alguns desses exemplos em curso serão apresentados em edições futuras da ***Agroanalysis***. ■

SITEs DE COMPLEXIDADES VARIADAS



BRASIL

- **Cadastro Ambiental Rural (CAR)**
- **Atribuição das terras no Brasil**
- **GeoSocial**
- **Maricultura**
- **Macrologística**

REGIÕES, BIOMAS E ESTADOS

MATOPIBA – Municípios: **337** – Área: **731.735 km²**
Caatinga – Municípios: **1.129** – Área: **844.799 km²**
Zona da Mata do Nordeste – Municípios: **384** – Área: **163.074 km²**
Região Norte sem Tocantins – Municípios: **331** – Área: **3.575.835 km²**
Sudeste paraense – Municípios: **39** – Área: **296.665 km²**
Bico do Papagaio (Tocantins) – Municípios: **25** – Área: **15.768 km²**
Espírito Santo – Municípios: **78** – Área: **46.071 km²**
Mato Grosso – Municípios: **141** – Área: **903.378 km²**
Alagoas – Municípios: **102** – Área: **27.848 km²**
Rio Grande do Sul – Municípios: **497** – Área: **281.737 km²**
São Paulo – Municípios: **645** – Área: **248.219 km²**
Maranhão no bioma Amazônia – Municípios: **82** – Área: **92.482 km²**
Minas Gerais – Municípios: **853** – Área: **586.532 km²**

GITE Embrapa MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO BRASIL

INSERÇÃO NA TECNOLOGIA TROPICAL

REVOLUÇÃO BIOLÓGICA

PAULO ANTÔNIO D'ANDRÉA

Engenheiro agrônomo e diretor de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) do programa Microgeo®

A AGRICULTURA, desde que surgiu, transitou por várias etapas, para chegar à modernidade atual com uma eficiência jamais vista, em função do uso racional dos progressos científicos – tendo sido estas tecnologias indistintamente desenvolvidas tanto para serem usadas na agricultura temperada, quanto na tropical.

Atualmente, o Brasil possui a agricultura tropical mais desenvolvida, com pelo menos cinco grandes inovações nos últimos cinquenta anos: a domesticação do Cerrado; o sistema de plantio direto na palha; a produção de duas safras anuais; a colheita de cana crua preservando a sua biomassa; e a recente integração lavoura-pecuária-floresta.

Progressos posteriores são esperados com o emprego de técnicas inovadoras. A biotecnologia, por exemplo, de forma silenciosa, promove uma verdadeira revolução biológica na agricultura brasileira. A consciência de que o conjunto formado por solo, ar, água e agricultura está conectado em uma complexa teia de elementos e organismos dissemina-se com rapidez nos dias atuais.

Pesquisas da Universidade de Minnesota – em que o "pai" da Revolução Verde, Norman Borlaug, concluiu o curso de Agronomia e fez especialização em Genética e Patologia Vegetal – validam a tecnologia da adubação biológica. Localizado em Lamberton, cidade do estado de Minnesota, o Southwest Research and Outreach Center realiza pesquisas com foco em 'produzir mais com menos', de modo que as tecnologias de produção agrícola consumam cada vez menos energia.

PERDAS DE SOLO

O relatório "Status of the World's Soil Resources", da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), realizado por duzentos cientistas do solo de sessenta países, apresenta dados preocupantes.

A entidade alerta que, se não forem tomadas medidas para reduzir a erosão, haverá a diminuição total de mais de 253 milhões de toneladas de cereais em 2050. Esta perda de rendimento seria equivalente a retirar 1,5 milhão de quilômetros quadrados de terras na produção de culturas – ou cerca de toda a terra arável da Índia. Na América Latina, metade dos solos sofre algum tipo de degradação.

Hoje, o Brasil destaca-se no cenário internacional como grande produtor de alimentos, fibras e energia. A crise econômica desses últimos anos deixou ainda mais evidente o quanto é importante o agronegócio para o País. Amparada no conhecimento e na tecnologia, a temática é a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Esse caminho não possui mais volta. Basta olhar os compromissos assumidos pelo País na Conferência das Partes (COP) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, na sigla em inglês).

ADUBAÇÃO BIOLÓGICA

Pesquisas apontam números no intervalo de 107 a 109 células vivas presentes em 1 grama de solo,

composto de 10 mil a 30 mil espécies diferentes de microrganismos. Pouco conhecido e explorado, este universo oferece enorme potencial de sustentar inovações nas áreas ambiental e agrícola.

Ao longo dos anos, o uso intensificado do solo provoca a sua compactação, por perda da sua diversidade biológica. Esse processo faz com que as plantas tenham dificuldade de obter um melhor enraizamento e impede a chegada dos nutrientes até as folhas.

Da mesma forma, o cultivo sucessivo, num mesmo local, vinculado às práticas de manejo agrícola, causa a redução da biomassa microbiana do solo. Estas alterações acarretam efeitos negativos, como a degradação física do solo e queda na produtividade.

A adubação biológica ajuda a trazer de volta ao solo microrganismos que promovem a porosidade e a reestruturação da terra. O resultado leva as plantas a terem maiores enraizamento e capacidade de retenção de água no solo, com consequente aumento na produtividade. Isso reestabelece a diversidade e o equilíbrio biológico do solo e promove benefícios multifuncionais à lavoura.

Constituído por microrganismos exclusivos, o adubo biológico é adequado ao local onde a sua produção (biofábrica) está instalada. É uma tecnologia direcionada para todas as culturas e diferentes solos e climas, utilizada no Brasil, no Paraguai, no Uruguai e na Argentina.

As tecnologias para promover a agricultura sustentável existem no Brasil, mas precisam ser mais adotadas pelos produtores, tais como o plantio direto na palha, a integração lavoura-pecuária-floresta e a fixação biológica de nitrogênio, por exemplo. A prática da adubação biológica vem somar-se a estas tecnologias como mais uma ferramenta de sustentabilidade agrícola. Com conhecimento da microbiologia e do microbioma dos solos, será possível dar suporte ao desenvolvimento e à aplicabilidade dessas tecnologias. ■



SHUTTERSTOCK





Aplicativo Sicoobcard Mobile.

Tudo sobre seu cartão, na hora que quiser e de onde estiver. Baixe o seu.

Descomplicar a sua vida. Trazer mais comodidade e conveniência.
Com o aplicativo Sicoobcard Mobile, você consulta faturas, define limite de gastos por categoria, recebe notificações, gera um cartão virtual para compras *online*, bloqueia e desbloqueia seu cartão e muito mais. Simples, rápido e prático, para você baixar hoje mesmo e aproveitar todas as vantagens.

GET IT ON Google Play

Download on the App Store

Central de Atendimento Sicoobcard: 4007-1256 (Regiões Metropolitanas) | 0800 702 0756 (Demais regiões)
(55 61) 3030-6767 (Exterior a cobrar) | Ouvidoria: 0800 725 0996 | Atendimento: seg. a sex. - das 8h às 20h
www.ouvidoriasicoob.com.br | Deficientes auditivos ou de fala: 0800 940 0458

SICOOB
Faça parte.



SHUTTERSTOCK

EVOLUÇÃO E DESAFIO

ANO DE MODERNIZAÇÃO DAS LEIS TRABALHISTAS



SILAS BRASILEIRO
DEPUTADO FEDERAL E PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DO CAFÉ (CNC)

O 12º Caderno Especial do Café, elaborado em parceria pelo CNC e pela Fundação Getulio Vargas (FGV) nesta edição da ***Agroanalysis***, nos permite celebrar um ano marcado por grande avanço na cafeicultura, no agro como um todo e, principalmente, na sociedade brasileira no que diz respeito à legislação trabalhista.

Isso porque, desde 11 de novembro, entrou em vigor no Brasil a Lei nº 13.467/17, que moderniza a legislação com modificações na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), as quais se estendem desde jornada de trabalho, férias e planos de carreira até a regulamentação de novas modalidades de prestação de serviços, como o teletrabalho, o trabalho intermitente e a terceirização, entre outros pontos.

A publicação da Lei 13.467/17 é resultado de um intenso trabalho que desenvolvemos em parceria com as demais entidades do agro desde o fim de 2016 até os dias atuais. Destacamos o evento "Agro em Questão – Workshop Reforma Trabalhista" – o qual tivemos a oportunidade de coordenar por meio do presidente executivo do CNC –, que foi realizado pelo Conselho do Agro e pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), na sede da entidade, em Brasília-DF.

Desde o princípio até a publicação da Lei supracitada, nossos objetivos são promover maior segurança jurídica, facilitar contratações por meios já existentes de prestação de serviços e contratos de trabalho, corrigir distorções até então existentes e tornar a legislação mais clara.

Nesse sentido e como complementação, reiteramos a necessidade da união de esforços para a aprovação do Projeto de Lei nº 6.442/16 – a reforma trabalhista rural –, que reúne os elementos necessários para adequar as normas que regem o labor rural ao cotidiano dos homens do campo.

Trata-se de matéria urgente e imprescindível a revisão da legislação específica rural para viabilizar a continuidade do crescimento de postos de trabalho no campo. Assim, a aprovação do PL nº 6.442 tornará a relação mais justa entre trabalhadores e empregadores, mitigando a necessidade de substituição de mão de obra por maquinário e fomentando, desta feita, a necessária geração de empregos e renda no Brasil.

Com as conquistas já obtidas e os trabalhos que mantemos para obtermos novos êxitos ao setor, temos a convicção das benesses que proporcionaremos ao agro brasileiro, principalmente no que tange às novas regras para o trabalho intermitente, a terceirização, o profissional autônomo e as horas *in itinere*, que não mais são contadas como tempo de serviço.

QUEM NÃO SE PROGRAMAR SERÁ PROGRAMADO PELO MERCADO




BRENO MESQUITA
PRESIDENTE DA COMISSÃO NACIONAL DO CAFÉ DA CNA

MACIEL SILVA
ASSESSOR TÉCNICO DA COMISSÃO NACIONAL DO CAFÉ DA CNA

Em 2017, o Campo Futuro, projeto da CNA em parceria com o Centro de Inteligência em Mercados da Universidade Federal de Lavras (CIM/UFLA), realizou treze painéis de levantamento de custos de produção de café em seis estados produtores.

Para a safra 2016/17, os dados levantados apontam como média para a saca de 60 quilos do café Arábica o Custo Operacional Efetivo (COE) de R$ 320,90, enquanto o Custo Operacional Total (COT) ficou em R$ 390,46 e o Custo Total (CT) em R$ 482,22. Para o Conilon, a média apurada no COE foi de R$ 222,73, no COT de R$ 271,13 e no CT de R$ 335,84.

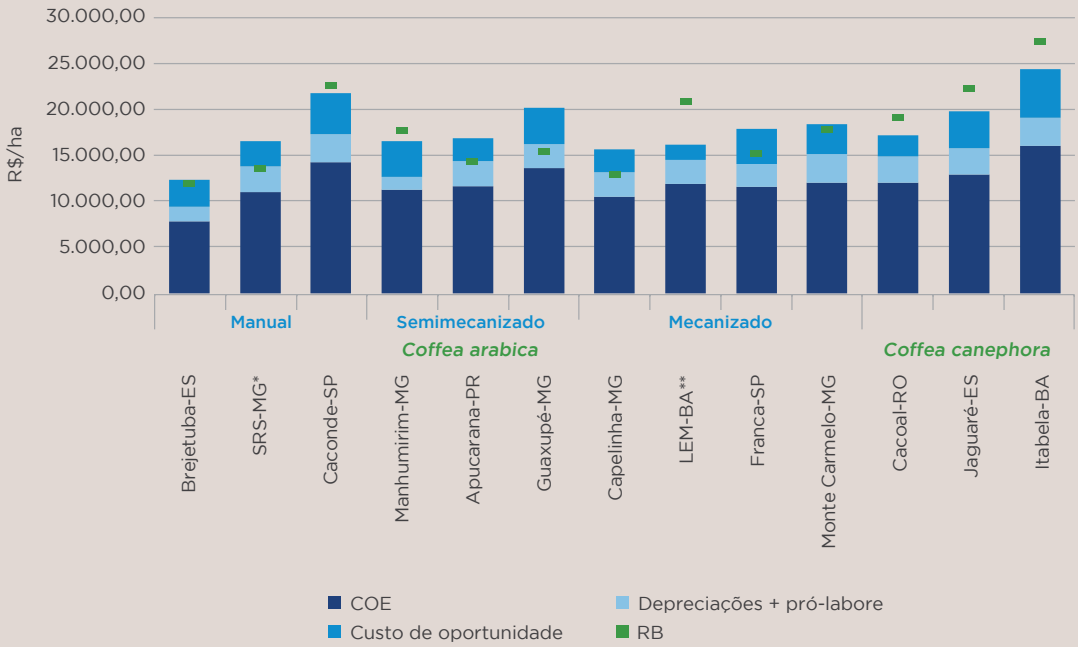
Nas regiões de Arábica com sistemas de produção manual (Brejetuba-ES, Santa Rita do Sapucaí-MG e Caconde-SP) e semimecanizado (Apucarana-PR, Guaxupé-MG e Manhumirim-MG), o grupo de custos com maior impacto no COE foi o de Colheita e Pós-colheita (46%, em média), devido às características de relevo, que exigem um grande volume de mão de obra para execução destas atividades.

Dos treze municípios analisados, sete apresentaram Receita Bruta (RB) inferior ao CT. Entre estes municípios, encontram-se Santa Rita do Sapucaí, Guaxupé e Capelinha, todos no estado de Minas Gerais, que apresentaram a RB inferior, também, ao COT, gerando Margem Líquida (ML) negativa, indicando processo de descapitalização do produtor, a longo prazo. Porém, nenhum município apresentou RB inferior ao COE. Nos municípios com sistema de produção mecanizado (Monte Carmelo-MG, Capelinha-MG, Franca-SP e Luís Eduardo Magalhães-BA), o grupo de custos com maior impacto no COE foi o de Fertilizantes (26,81%, em média).

Para o Conilon, o grupo de custos com maior impacto no COE (Cacoal-RO, Itabela-BA e Jaguaré-ES) foi o de Colheita e Pós-colheita (33%, em média).

Para a maioria das regiões, os resultados econômicos foram satisfatórios. Isso deve servir de estímulo para os produtores ajustarem o fluxo de caixa e o processo gerencial das propriedades. Além disso, para a próxima safra (2018/19), a utilização de ferramentas de mitigação de risco, como *hedge* e seguro, deve ser considerada, dada a expectativa de aumento de custo, aliada às previsões de mercado pouco favoráveis para o preço.

COMPARATIVO ENTRE O COE, O COT (COE + DEPRECIAÇÕES E PRÓ-LABORE), O CT (COT + CUSTO DE OPORTUNIDADE) E A RB DA CAFEICULTURA (R$/HECTARE)



Nota: * Santa Rita do Sapucaí-MG; ** Luís Eduardo Magalhães-BA
COE = Custo Operacional Efetivo; COT = Custo Operacional Total; CT = Custo Total
Fonte: Projeto Campo Futuro/CNA (2017); CIM/UFLA

AGENDA PARA O MERCADO INTERNACIONAL





MARCOS MATOS
DIRETOR-GERAL DO CONSELHO DOS EXPORTADORES DE CAFÉ DO BRASIL (CECAFÉ)

EDUARDO HERON
DIRETOR TÉCNICO DO CECAFÉ

O CECAFÉ tem participado ativamente dos encontros com os novos adidos agrícolas designados para a Argentina, a África do Sul, a Arábia Saudita, a China, a Coreia do Sul, a Índia, o México, a Rússia, o Vietnã e a Tailândia. Estes países são estratégicos para o agronegócio brasileiro, e, com a presença das autoridades fitossanitárias do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), devemos estabelecer um plano estratégico e redefinir as ações na complexa e abrangente agenda de negociações comerciais.

As discussões envolvem as principais questões relacionadas ao acesso aos mercados e à redução da burocracia, com destaque para a emissão do Certificado Fitossanitário (CF), uma prática comum na busca por novos compradores do café brasileiro.

Não obstante, nas questões relacionadas às barreiras comerciais, cabe ressaltar que o Brasil reduziu a sua participação nas exportações mundiais. Para 2017, a expectativa ainda é de uma quantidade menor de embarque. Este desempenho está na contramão das perspectivas de consumo mundial de café.

Nesse sentido, o CECAFÉ estabeleceu uma agenda bimestral com a **Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ)**, com ênfase na publicação da Resolução nº 5.032, que dispõe sobre os direitos e os deveres dos usuários e dos agentes operadores

nas navegações de apoio marítimas e portuárias. Por solicitação da ANTAQ, o CECAFÉ apresentará, também, o panorama e a evolução das taxas e dos custos portuários. Para atender as demandas do setor exportador de café, a partir de um sistema recentemente criado pela equipe de Tecnologia da Informação (TI) do CECAFÉ, os indicadores de desempenho dos terminais portuários e de armadores passarão a ser divulgados.

O comércio exportador deverá estar atento a todas as oportunidades de negociação de acesso aos mercados, com o objetivo de ampliar o atual protagonismo do Brasil no mercado global de café. O CECAFÉ segue como principal parceiro do setor, com diversas diretrizes de gestão para apoiar as autoridades brasileiras nos processos de negociação comercial, redução de burocracias e harmonização de medidas fitossanitárias.

BRASIL: PARTICIPAÇÃO NO MERCADO MUNDIAL

ANO	Exportação (milhões de sacas)	Participação
2015	37,0	32,3%
2016	28,7	28,7%

Fonte: CECAFÉ

DESAFIOS PARA A INDÚSTRIA DE SOLÚVEL E OS PRODUTORES



AGUINALDO LIMA
DIRETOR DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE CAFÉ SOLÚVEL (ABICS)

A produção de Conilon viabilizou-se no País na fabricação de café solúvel. Entre as duas atividades, a inter-relação ocorre de forma visceral. Com os anos, a indústria de torrefação passou a usar o Conilon, até mais do que a indústria de solúvel, enquanto a exportação de café verde também apresenta momentos de exportações consideráveis.

Se a exportação de café em grão verde pode ser interrompida sem maiores problemas, a indústria de torrefação possui a opção de alterar a produção dos seus *blends* com o uso mais intensivo do café Arábica; a indústria de café solúvel não conta com essas prerrogativas. Obrigatório, o uso de Conilon na fabricação de café solúvel e extratos faz parte de 85% da matéria-prima consumida por esta indústria. Com extração superior, em média de até 30% de sólidos solúveis (cafeína), a eficiência industrial do Conilon é imbatível quando comparada com a do Arábica.

A indústria de café solúvel é a mais fiel consumidora dos cafés produzidos pelos produtores brasileiros. Se ela cresce, todos crescem; se ela perde mercado, todos perdem. Exportado para mais de 120 países, o solúvel proporciona divisas anuais na ordem de US$ 600 milhões.

Apesar de líder mundial na produção e na exportação de café solúvel, o Brasil enfrenta a concorrência acirrada das indústrias asiáticas. O Vietnã puxa a fila dos países na produção e na exportação, seguido por Malásia, China, Coreia do Sul, Filipinas e Índia. Enquanto o consumo médio de café solúvel no continente asiático cresce 6% ao ano; no mundo, a taxa é de 3,2%, segundo a LMC Consultoria.

BRASIL: EXPORTAÇÕES DE CAFÉ SOLÚVEL E EXTRATO ENTRE JANEIRO E OUTUBRO

ANO	Sacas	US$
2016	3.204.822	488.850.051
2017	2.803.495	517.242.293

Fonte: CECAFÉ; elaboração: ABICS

O desempenho das exportações brasileiras de café solúvel e extratos, no período de janeiro a outubro deste ano, fechou 13% inferior na quantidade e 6% superior nas receitas cambiais quando comparado com o desempenho de 2016. A elevação nos custos da matéria-prima do Conilon e do Robusta explica o aumento considerável do preço do solúvel no mercado internacional.

De agosto de 2016 a abril de 2017, as indústrias brasileiras conviveram com preços do Conilon brasileiro acima dos do mercado internacional. Isso encolheu as margens de rentabilidade. Em alguns casos, a indústria comercializou com prejuízo para não perder clientes tradicionais de longos anos de fornecimento.

MOMENTO FAVORÁVEL PARA O MERCADO INTERNO



NATHAN HERSZKOWICZ
DIRETOR EXECUTIVO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE CAFÉ (ABIC)

O consumo de café no Brasil poderá registrar, neste ano, um crescimento de 3,0% a 3,5%, com 22,0 milhões de sacas. É uma hipótese otimista, sem dúvida, mas nos baseamos, sobretudo, na melhoria da massa salarial e no retorno do emprego, apesar de ainda tímidos. De qualquer forma, mesmo em um cenário mais crítico, como no ano passado, o consumo interno cresceu de 1,0% a 2,0%, para 21,2 milhões de sacas.

Esse aumento da demanda, sem dúvida, pode ser explicado pelo fato de o consumidor buscar cafés com mais qualidade. A partir de 2018, a ABIC pretende inserir todas as empresas associadas e as suas marcas no Programa de Qualidade do Café (PQC). O objetivo é continuar na monitoração dos produtos da categoria Tradicional, mas estimular o aumento da oferta de cafés superiores, pois maior qualidade resulta em maior agregação de valor.

Entramos naquele momento de quebrar o paradigma de que cafés de melhor qualidade não oferecem rentabilidade. Estimativas apontam crescimento no mercado de cafés diferenciados em torno de 10% a 15% ao ano. Já os preços dos cafés certificados no PQC são, em média, superiores aos demais. Existem quatro categorias: Extra Forte, Tradicional, Superior e Gourmet. O preço médio praticado por quilo é de R$ 33,81 na Superior e de R$ 25,10 na Tradicional, enquanto, naquelas não certificadas, é de R$ 18,72.

Atualmente, das 700 marcas certificadas pelo PQC, a maioria está na categoria Tradicional (mais de 360), mas cresce substancialmente o número de produtos na categoria Superior e na Gourmet, respectivamente com 150 e 177 marcas. Ambas já representam 4% do mercado total.

É, portanto, chegada a hora de mais empresas aproveitarem esse novo ambiente de consumo, em consolidação por meio das redes sociais, dos clubes de café com vendas *on-line* e dos inúmeros equipamentos, a preços bem acessíveis, para preparo de café nos lares e nos escritórios. Mas, atenção: para lançar um produto na categoria Superior ou na Gourmet, não basta apenas mudar a embalagem; é necessário investir no seu desenvolvimento como um todo, com cuidados na qualidade, desde a aquisição da matéria-prima até o ponto de torra e moagem.

Esses novos ambientes de negócios já têm incentivado as indústrias a diversificarem seus portfólios, com ingresso nas categorias dos café certificados, como Melitta, JDE, Cooxupé, 3 Corações, Baggio Café, Torrefações Noivacolinenses, San Babila, Mitsui, Lavazza, Leão, Utam e Cacique. ■



COOXUPÉ

TEMPERATURAS ALTAS IMPACTAM FLORADA NOS CAFEZAIS

FALTA DE CHUVAS E ONDAS DE CALOR DEMONSTRAM QUE O TAMANHO DA SAFRA DO PRÓXIMO ANO JÁ FOI COMPROMETIDO.

O Departamento de Desenvolvimento Técnico da Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé (Cooxupé) afirma que as chuvas na área de ação da cooperativa ocorridas no último decêndio do mês de setembro estimularam a abertura de uma grande florada – apontada como a principal – nas lavouras, que, até então, estavam submetidas a um intenso *stress* hídrico e térmico.

Essa florada, responsável pelo potencial produtivo do próximo ano, começou no mês de outubro, onde a cooperativa atua, e a realidade chamou bastante a atenção: as altas temperaturas e a falta de chuvas prenunciam que 2018, ano de bienalidade alta, ainda será – por enquanto – um ano de safra alta. No entanto, o potencial produtivo sinalizado por essa grande florada deverá ter o seu volume comprometido.

Segundo o Departamento, as temperaturas elevadas, acompanhadas de déficit hídrico acentuado durante a florada, além de comprometerem a estrutura do botão floral (havendo formação de flores anormais), reduzem o índice de pegamento e podem, até mesmo, provocar a queda dos chumbinhos recém-formados. Esse fato pode ter o seu efeito aumentado se as lavouras apresentarem alto índice de desfolha.

Segundo Éder Ribeiro dos Santos, coordenador de Geoprocessamento da Cooxupé, em algumas regiões da área de ação da cooperativa, essa já é a segunda florada, mas, provavelmente, será a mais importante. Ele conta que, em alguns municípios, entre os dias 16 e 18 de setembro, ocorreram chuvas de baixo volume, que estimularam a abertura de uma florada de baixa intensidade, em torno de 20% do potencial de florescimento, no final do mês de setembro.

Contudo, mesmo essa florada teve o seu pegamento comprometido pelas condições adversas do tempo. “Estamos preocupados não só com as altas temperaturas médias que estão sendo observadas durante

o florescimento, mas com a falta de continuidade das chuvas que foram responsáveis pela abertura da florada, com os termômetros registrando temperaturas máximas acima de 32 °C, com relatos de 37 e 38 °C em algumas regiões, com o índice de desfolha que está aumentando, com o déficit hídrico que continua elevado e, consequentemente, com a baixa disponibilidade de água no solo para os cafeeiros", pontua Éder.

O gerente do Departamento de Desenvolvimento Técnico da Cooxupé, Mário Ferraz, afirma que, apesar de 2018 ser de bienalidade alta, o momento é de cautela. "Ainda não temos condições de falar qual será o tamanho da safra, mas já podemos adiantar que há grandes chances de ela não chegar à grandeza que esperávamos, por conta dessas adversidades que estamos presenciando", explica.

A COOXUPÉ VAI RECUPERAR 290 HECTARES DE ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE EM GUAXUPÉ

A COOPERATIVA LANÇA O MINAS D'ÁGUA, UM PROJETO PIONEIRO QUE CUIDARÁ DA PRESERVAÇÃO DO RIO QUE ABASTECE O MUNICÍPIO.

A Cooxupé fará a recuperação de 290 hectares de Áreas de Preservação Permanente (APPs), dentro de uma área equivalente a 406 campos de futebol, no município guaxupeano, onde fica a sua sede. O trabalho integra o projeto pioneiro Minas D'água, criado pela própria Cooxupé para promover a restauração das APPs localizadas na cabeceira da bacia do rio Guaxupé (que abastece os 50 mil habitantes da cidade), por meio da revitalização de nascentes e matas ciliares nas propriedades rurais da área.

Junto com as empresas parceiras – Mother Parkers Tea & Coffee, Coffee America e Balcoffee –, a Cooxupé doará para os produtores rurais mudas para plantio nas APPs, além de auxiliá-los na transferência de tecnologias e no fornecimento de materiais como mourões de cerca e arames farpados, além de conhecimentos sobre metodologias para a restauração dessas áreas. No total, 484 nascentes serão beneficiadas com o projeto, englobando 95 produtores rurais. "É um projeto inovador para Guaxupé. Com ele, pretendemos garantir a melhoria e a quantidade da água do município", destaca o presidente da Cooperativa, Carlos Alberto Paulino da Costa.


Carlos Alberto Paulino da Costa, presidente da Cooxupé

Além disso, a Cooxupé e as empresas parceiras estão colaborando para que os produtores estejam dentro da legalidade do Código Florestal. "Parabenizamos a cooperativa por essa iniciativa que levará a conscientização de forma voluntária aos produtores", comentou o promotor de justiça de Guaxupé Claudio Marins, referindo-se ao Cadastro Ambiental Rural (CAR), que impõe aos produtores a preservação de APPs.

O vice-prefeito de Guaxupé, Heber Hamilton Quintella, enalteceu o compromisso social da Cooxupé com a cidade. Já Luiz Ricardo Zavagli, engenheiro agrônomo e colaborador do Instituto Estadual de Florestas (IEF) em Muzambinho (cidade vizinha de Guaxupé), destacou a parceria do IEF com o Minas D'água: "a água é o bem que mais tem valor no mundo, e temos que trabalhar em cima disso para a conservação deste recurso tão importante para nós e para as gerações futuras". ■

JOHN DEERE



2ª REUNIÃO CANAPLAN 2017

REAVALIAÇÃO DA SAFRA CANAVIEIRA 2016/17 NA REGIÃO CENTRO-SUL

Equipe Canaplan: Luiz Carlos Corrêa Carvalho, Fernando Carvalho, Nilceu Cardozo, Julio Campanhão, Ericson Marino, Ciro Sitta e Denis Oliveira

REALIDADE MACROECONÔMICA

A economia internacional mostra um crescimento com elevada liquidez. Os desafios globais a serem enfrentados são mais de origem política. Há um embate entre as novidades representadas por Trump nos EUA, Xi na China e Putin na Rússia. O resultado do plebiscito Brexit, na Inglaterra, inspira outras regiões no Planeta, como a Catalunha, na Espanha. Além disso, os impactos dos acontecimentos no Oriente Médio e a volatilidade dos preços do petróleo são fundamentais para o setor sucroalcooleiro.

No Brasil, o governo de transição mostra resultados importantes de recuperação econômica, mas sofre com as constantes pressões políticas sobre os aliados diretos do presidente Temer, nas águas sujas da operação Lava-Jato, e com o próprio presidente. Isso tem limitado a velocidade de recuperação, mas já se vê crescimento positivo para o Produto Interno Bruto (PIB): em torno de 0,7% para este ano e, provavelmente, mais de 3,0% em 2018. Mesmo assim, no campo fiscal, seguem problemas sérios. As reformas, exceto a trabalhista, seguem travadas, e os investimentos ficam na velocidade do retorno da confiança no ambiente de negócios.

As políticas públicas ao setor sucroalcooleiro vêm de forma errática. Há, neste governo de transição, uma esperança de implantação do RenovaBio, elaborado pelo Ministério de Minas e Energia (MME)

e pelos setores privados da produção, da distribuição e dos veículos. A devastação do segundo governo Lula e dos governos Dilma no setor do etanol e na Petrobras trouxe, novamente, os riscos de elevadas importações de etanol e de gasolina.

O RenovaBio seria uma alternativa às mudanças essenciais na caótica política de combustíveis do Brasil. Qualquer outra ação de curto prazo via oneração da gasolina pelas externalidades negativas, como a poluição, também será bem-vinda.

AGRONEGÓCIO CANAVIEIRO

LUIZ CARLOS CORRÊA CARVALHO

No setor sucroenergético, a realidade econômica e financeira setorial mostra alto endividamento, com enorme dispersão de dados, elevada idade do canavial em face da reduzida renovação dos plantios, dificuldade de acesso a crédito, além da ação especulativa dos fundos de investimento.

Cabe analisar essa conjuntura principalmente na ótica dos impactos na produtividade agrícola e na qualidade da matéria-prima. A longevidade do canavial com boas produtividade e qualidade, expressa em toneladas de Açúcar Total Recuperado por hectare cultivado (ATR/ha), viabiliza ou não os baixos custos e a menor volatilidade da oferta de produtos.

NOVA EXPECTATIVA PARA A SAFRA 2017/18 DE CANA-DE-AÇÚCAR

SAFRA	Unidade	2016/17	2017/18
Etanol	Bilhões de litros	25,7*	25,0**
Açúcar	Milhões de toneladas	38,7	35,9

* 234 milhões de milho; ** 400 milhões de milho
Fonte: Canaplan

ETANOL DE MILHO

ERICSON MARINO

A produção de etanol de milho, em integração com as usinas de cana-de-açúcar, mostra aspectos interessantes, como a possibilidade de processamento durante todo o ano, com maior aproveitamento do tempo disponível, assim como uma produção importante de fonte proteica representada pelos grãos secos de destilaria com solúveis (*dried distiller's grains with solubles* – DDGS).


SHUTTERSTOCK

Uma questão-chave econômica é a variabilidade dos preços do milho nas diferentes regiões produtoras brasileiras. Nos últimos anos, as evidências são de preços menores do que os preços nos locais onde se faz a consorciação com a cana-de-açúcar, no estado do Mato Grosso. No ano de 2017, os preços do milho neste estado foram praticamente a metade dos registrados em São Paulo.

O estudo da análise de viabilidade econômica feito pelo Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (IMEA) para uma usina *flex* mostrou um *payback* no sexto ano, com base em preços baixos do milho. Quando se incluiu o eucalipto (cavaco, para energia), o *payback* foi para o sétimo ano. Os resultados dos estudos feitos na nova planta (*greenfield* somente com milho) da Fiagril, em Lucas do Rio Verde-MT, foram parecidos. A viabilidade depende, também, da colocação dos coprodutos com preços remuneradores, pois 60% do milho são de etanol e 40%, de coprodutos.

PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE

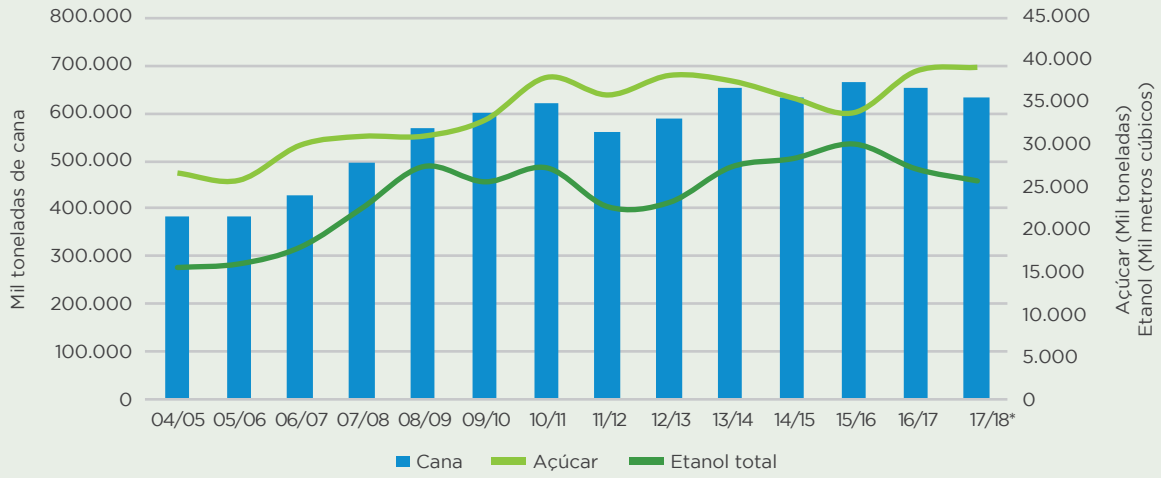
LUIZ CARLOS CORRÊA CARVALHO E
NILCEU CARDOZO

Desde 2010, a oferta de canas segue estabilizada, com troca na produção de produtos (açúcar e etanol) na medida da arbitragem de preço feita pelos produtores.

A dispersão dos resultados da produtividade final por hectare mostra, mês a mês, em 2017, enorme variação, de 1 a 2 toneladas de ATR/ha acima e abaixo do valor médio, em torno de 10 t/ha.

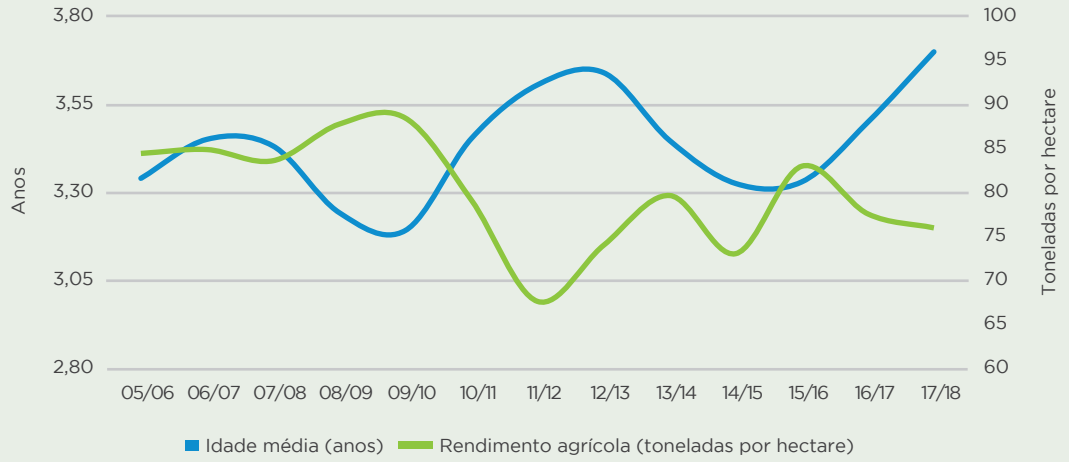
Do ponto de vista da evolução da produtividade, medida em toneladas de ATR/ha, pode-se notar nitidamente uma importante redução do seu patamar médio, de 2005/06 a 2010/11, em relação ao de 2011/12 a 2017/18.

EVOLUÇÃO: PRODUÇÃO DE CANA, AÇÚCAR E ETANOL (BRASIL)



* Projeção da Canaplan
Fonte: UNICA; elaboração: Canaplan

PRODUTIVIDADE X IDADE MÉDIA: COMO RECUPERAR?



Fonte: Canaplan

PRODUTIVIDADE EM TONELADAS DE ATR POR HECTARE
MOMENTOS DIFERENTES



Fonte: Canaplan

A renovação do canavial segue abaixo do necessário. Para dar uma melhor noção do impacto da produtividade agrícola em termos do peso dos cortes por safra: nas safras 2013/14 a 2015/16, a taxa das colheitas de canas até três cortes foi de de 54% a 59%, enquanto, nas safras 2016/17 e 2017/18, esse índice caiu para 48%.

Há uma importante correlação entre o rendimento agrícola (toneladas de cana por hectare) e a idade média do canavial. O envelhecimento do canavial após 2015 teve forte impacto na queda da produtividade nas safras seguintes. Cerca de 20% das usinas registraram produtividade de até 9 toneladas de ATR por hectare, com 10% delas apresentando entre 12 e acima de 14 toneladas!



SHUTTERSTOCK

NÚMEROS/EXPECTATIVA DA SAFRA 2017/18

Na safra 2017/18, o início mais tardio da safra foi um importante fator, apesar de ter acompanhado de perto o ritmo da safra 2016/17.

Como resultado da safra 2017/18, a nova expectativa é:

- **Quem terminá-la mais cedo ganha!**
- **Quem depender do final da primavera e do verão para moer perde!**

INDICADORES	Unidade	Quantidade
Produtividade agrícola	Toneladas de cana por hectare	75,0
ATR	Quilos por tonelada de cana	136,0
Área colhida	Milhões de hectares	7,8
ATR total	Milhões de toneladas	79,6
Oferta de açúcar	Milhões de toneladas	35,9
Oferta de etanol*	Bilhões de litros	25,0
***Mix* de açúcar**	%	47,5

* Inclui milho (1%)
Fonte: Canaplan

E A SAFRA 2017/18?

A herança da safra 2017/18 para a safra 2018/19 não é boa! O clima de 2017 dificulta e atrasa o desenvolvimento do canavial, enquanto, pela sua idade em 2018, fica a visão de se começar perdendo.

De uma forma geral, para a safra 2018/19, pode-se antecipadamente considerar:

- Quem apostar em melhor safra no Centro-Sul terá grande possibilidade de se desapontar;
- Quem usar mais tecnologia e melhor manejo irá reduzir o impacto das dificuldades.

SITUAÇÃO E PERSPECTIVAS FINANCEIRAS

MANOEL QUEIRÓZ (RABOBANK)

Questões para analisar se o setor voltará a crescer:

- Muitos grupos ainda estão financeiramente frágeis, e haverá competição entre consolidação e expansão.
- O marco regulatório ainda tem muito a avançar!
- O apetite dos investidores não é mais o mesmo de antes, em face das duras lições do passado e das incertezas quanto ao futuro.

Conclusões:

- Diminuição na dívida, mas com a tendência de aumento no *gap* entre as empresas;
- Maior dependência de fontes de financiamento privadas a taxas de mercado;
- O setor não deve crescer no Brasil. Empresas saudáveis absorverão as demais, não só por meio de processos de fusão e aquisição, mas principalmente por meio de consolidação do canavial.

DÍVIDA LÍQUIDA BANCÁRIA NO SETOR SUCROALCOOLEIRO

SAFRA	2010/11	2014/15	2015/16	2016/17
R$/tonelada de cana	84	149	136	119

Fonte: Rabobank

MERCADO DE AÇÚCAR

MARTIN TODD (LMC INTERNATIONAL)

Há um sentimento negativo em face dos fundamentos fracos e de um ambiente macroeconômico frágil. As expectativas de dois novos anos potenciais de excedentes à frente trazem um desânimo ao mercado. As ocorrências climáticas terão de ser enfrentadas, mas não se tem perspectivas. Caso esse cenário se confirme, mais açúcar estará disponível para exportações do que a demanda solicitará. Se a região Centro-Sul do Brasil produzir 35 milhões de toneladas de açúcar, isso ocorrerá. No entanto, há a possibilidade da mudança do *mix* brasileiro mais para o etanol.

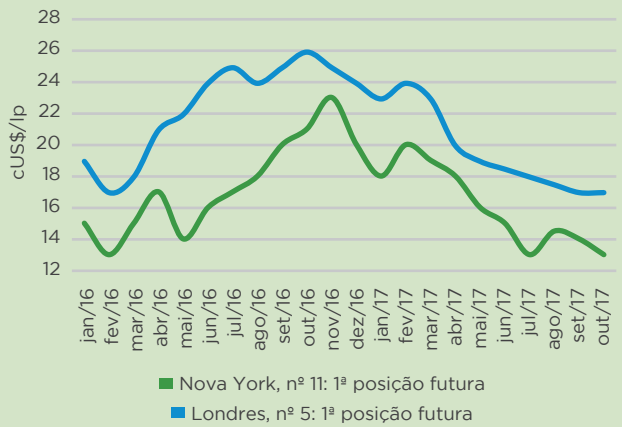
O ambiente macro também está depressivo para os preços. As culturas agrícolas concorrentes da cana ou da beterraba estão com preços mais competitivos. Além disso, os preços do petróleo seguem baixos, e as taxas de câmbio dos países das principais indústrias de açúcar estão fracas. Isso dá maior competitividade ao seu produto. As tendências de aumento nas ofertas da Índia, da Tailândia, da China, do Paquistão e da Rússia dependerão do clima. Na União Europeia, os ganhos de produtividade são variáveis favoráveis. Para o Brasil, o maior uso de canas para a produção de etanol será fundamental na safra 2018/19.

MERCADO

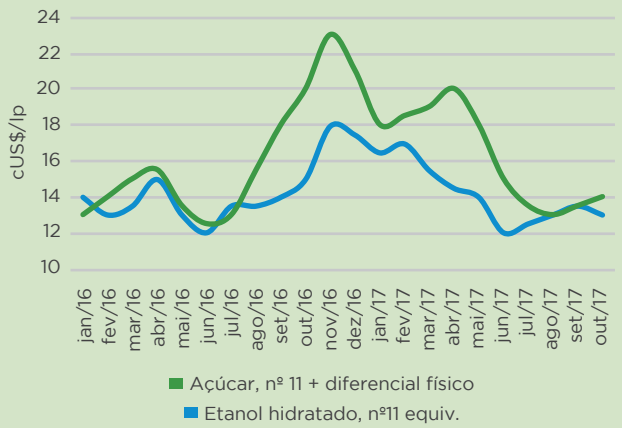
- **Fundamentos fracos**
- **Macroambiente fraco**

Baixos preços do açúcar e paridade com o etanol

PREÇOS DO AÇÚCAR DEMERARA/BRANCO



PREÇOS DO AÇÚCAR E DO ETANOL



Fonte: LMC International

MERCADO DE ETANOL

TARCILO RODRIGUES (BIOAGÊNCIA)

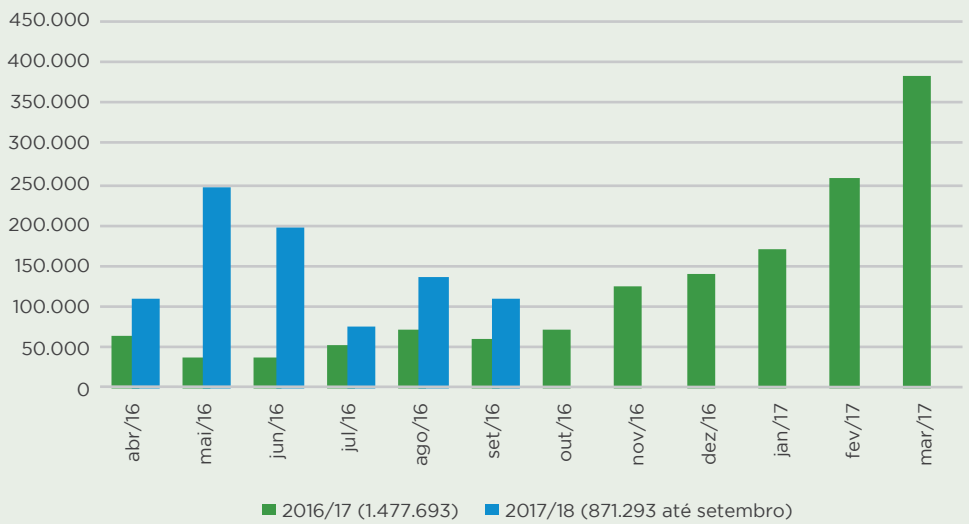
Ao longo dos últimos doze meses, um conjunto de fatos mudou o mercado de forma contundente, desde novembro de 2016, como podemos destacar:

MÊS	Fatos
Novembro de 2016	Anúncio de uma nova política de preços pela Petrobras.
Janeiro de 2017	Aumento do PIS/COFINS – Etanol; Etanol hidratado a R$ 2,260/litro com impostos.
Fevereiro de 2017	Fundos comprados em 213.000 lotes; Alta no açúcar em Nova York: 20,90 cUS$/lp.
Abril de 2017	Gasolina RBOB a US$ 1,69/galão.
Maio de 2017	Recorde de importação de gasolina.
Junho de 2017	Gasolina RBOB a US$ 1,48/galão; Etanol hidratado a R$ 1,580/litro com impostos; Petrobras passa a ajustar gasolina diariamente; Petrobras fecha arbitragem na importação de gasolina.
Agosto de 2017	Reajuste do PIS/COFINS – Combustíveis; PIS/COFINS – Gasolina sobe de R$ 381/m³ para R$ 792/m³; Criada alíquota de 20% para importação de etanol.
Setembro de 2017	Açúcar em Nova York a 13,94 cUS$/lp; Furacões elevam gasolina para US$ 2,20/galão; Demanda e preços de etanol avançam.
Outubro de 2017	Usinas começam a mudar *mix* para etanol; Fundos vendidos em 103.000 lotes; Etanol hidratado acima de R$ 1,900/litro com impostos.

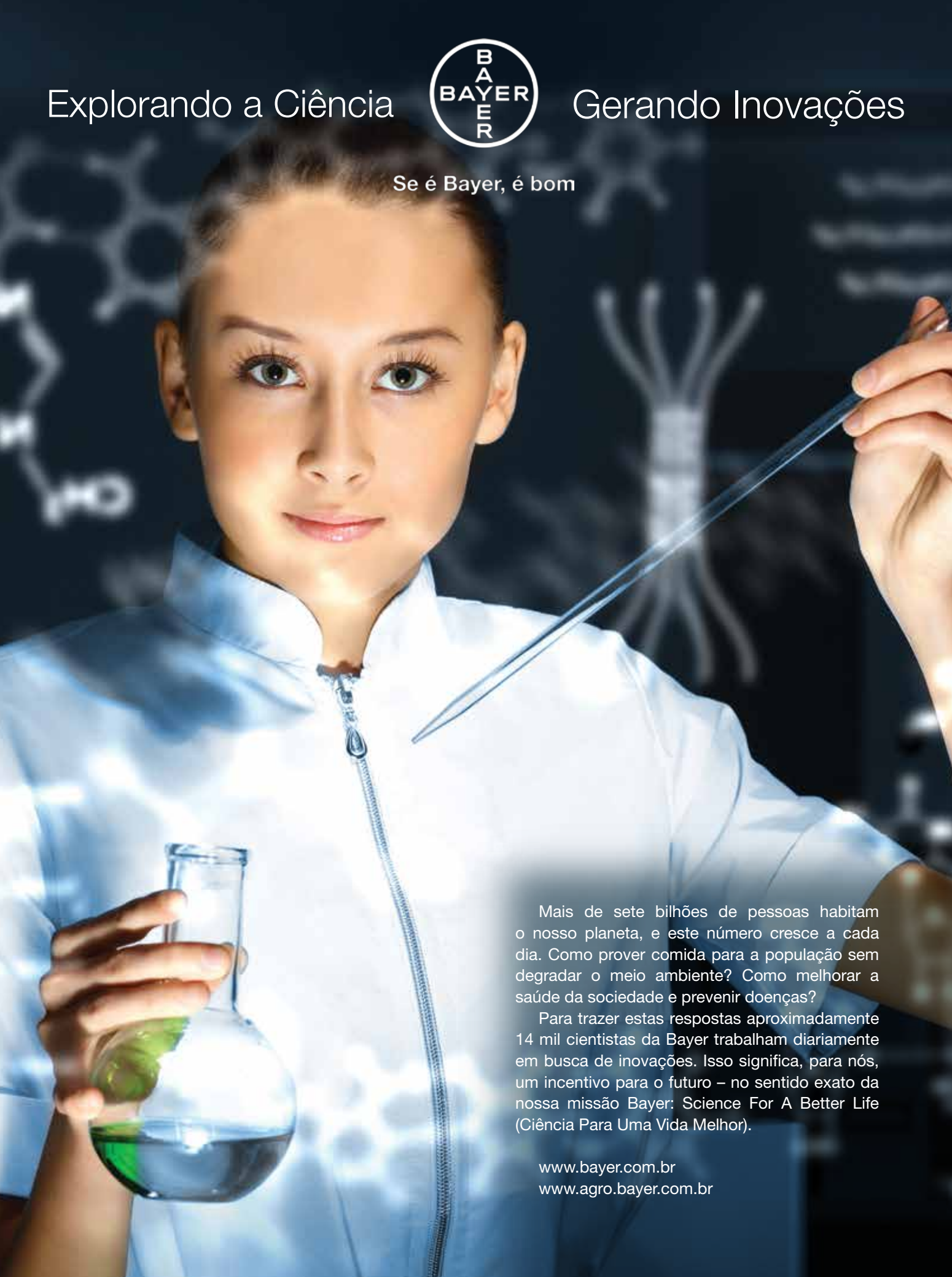
Fonte: Bioagência

Como as importações de etanol anidro dos EUA tiveram um crescimento desproporcional, o governo brasileiro, em agosto de 2017, elevou a taxa de importação para 20%, de modo a frear esse processo. ■

BRASIL: IMPORTAÇÃO DE ETANOL ANIDRO (EM LITROS)



Fonte: Bioagência


Explorando a Ciência
BAYER
Gerando Inovações
Se é Bayer, é bom
Mais de sete bilhões de pessoas habitam o nosso planeta, e este número cresce a cada dia. Como prover comida para a população sem degradar o meio ambiente? Como melhorar a saúde da sociedade e prevenir doenças?
Para trazer estas respostas aproximadamente 14 mil cientistas da Bayer trabalham diariamente em busca de inovações. Isso significa, para nós, um incentivo para o futuro – no sentido exato da nossa missão Bayer: Science For A Better Life (Ciência Para Uma Vida Melhor).
www.bayer.com.br
www.agro.bayer.com.br

AGRO

VOCAÇÃO BRASILEIRA

CHRISTIAN LOHBAUER

Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP) e diretor para Assuntos Corporativos e Governamentais da Bayer Brasil



O QUE é essencial para reconstruir o Brasil depois de quinze anos de populismo e tutela de um Estado perdulário e corrupto liderado por pessoas indesejáveis que estão todos os dias no noticiário dos jornais e das TVs? O que o Brasil tem para retomar o desenvolvimento e enriquecer livremente entre as nações mais respeitadas do mundo?

No século XIX, o economista e político inglês David Ricardo estudou o comércio internacional e formulou a teoria das vantagens comparativas. Ele dizia que nem a quantidade de dinheiro nem o valor monetário deste dinheiro eram determinantes para a riqueza de uma nação. Mais importante, sim, era a abundância de bens disponíveis para a comodidade de seus habitantes.

De lá para cá, o mundo mudou muito, mas ainda está dividido em cerca de duzentos países heterogêneos e em busca de riqueza e desenvolvimento. O Brasil é um dos grandes países do mundo, tem recursos naturais e um mercado consumidor invejável. A vocação brasileira é aquilo que os brasileiros quiserem. E, se quiserem, podem produzir qualquer coisa.

Mas, o que é que o Brasil tem em abundância e que deve ser a sua prioridade, já alinhada à sua vocação de trabalho duro? A produção de alimentos. Em um mundo que demanda segurança alimentar, essa é a grande oportunidade brasileira. Um projeto nacional estruturado na agricultura, na indústria de alimentos e na tecnologia de alimentos é o que garantirá o aumento de oferta de 20% que o mundo demandará em dez anos. E, para que isso aconteça, o Brasil deverá dobrar a sua produção de alimentos – palavra da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Do que estamos falando exatamente? Não tem sido fácil mostrar aos próprios brasileiros a chance que sua agricultura e o agronegócio podem dar ao País. O Brasil urbanizou-se e esqueceu que a terra e a produção são o motor do desenvolvimento. O discurso ecológico raso e o ressentimento distributivista e demagogo dos movimentos sem terra, da exploração indigenista e da histeria da proteção de florestas apagaram da percepção dos brasileiros a real dimensão e os efeitos colaterais provocados pelos produtores de alimentos. A agricultura renova a indústria, promove a tecnologia, agrega valor aos produtos e enriquece a sociedade.

O desenvolvimento do agronegócio exige que o País inove também na siderurgia, que terá que produzir aço de qualidade para máquinas e equipamentos agrícolas, caminhões, vagões, trilhos e silos. Além disso, demanda-se que haja toda uma indústria química e biotecnológica de insumos, defensivos e sementes, que investe bilhões de dólares para trazer mais tecnologia e aumentar a produtividade da produção.

Aquilo que ainda funciona no Brasil está diretamente ligado ao agronegócio. E por que isso aconteceu? Porque, nos últimos quarenta anos, o Estado deixou de interferir e regular a produção agrícola e o País deixou de ser um importador de alimentos para se tornar o maior exportador do mundo. O agronegócio é a vocação brasileira. É o Brasil de volta ao mapa do desenvolvimento e à liderança do mundo, promovendo a paz com a abundância de alimentos. ■

O IMBRÓGLIO CHAMADO FUNRURAL

FÁBIO DE SALLES MEIRELLES
Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (FAESP)



COM A modificação da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) de 2010 sobre a contribuição rural do produtor pessoa física – chamada de Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL) –, constatamos a enorme preocupação do segmento agropecuário com o encontro de uma adequada solução para essa nova realidade.

Com o advento da decisão do STF, de 30 de março de 2017, quanto ao Recurso Extraordinário (RE) nº 718.874/RS – que reconheceu que "é constitucional, formal e materialmente, a contribuição social do empregador rural pessoa física, instituída pela Lei 10.256/2001, incidente sobre a receita bruta obtida com a comercialização de sua produção" –, o setor agropecuário ficou profundamente apreensivo e inseguro. Eis que se acabou acumulando, sem dar causa, a um passivo tributário astronômico, em especial para aqueles que obtiveram a tutela da Justiça para se eximirem do recolhimento da contribuição ao FUNRURAL.

Nessa esteira, muitas iniciativas foram tomadas por entidades do setor visando equacionar a polêmica, sendo que a FAESP encaminhou ofícios à Presidência da República pleiteando condições mais favoráveis aos produtores rurais, culminando com a publicação da Medida Provisória nº 793/17, na qual foram atendidos parcialmente alguns pedidos realizados.

Contudo, pela intranquilidade do setor, três frentes de trabalho foram abertas com a finalidade de obter uma justa resolução desse imbróglio criado pelo novo entendimento da Suprema Corte.

Sendo assim, a primeira frente deu-se com a designação da deputada federal Tereza Cristina (sem partido/MS) como relatora da Comissão Mista da MP nº 793/17. O texto foi aprovado no dia 7 de novembro na referida Comissão, com o acolhimento e a incorporação de várias sugestões de melhorias para a adesão ao Programa de Regularização Tributária Rural (PRR).

A segunda frente de atuação relaciona-se com a publicação da Resolução nº 15/17 do Senado Federal, que considerou suspensa a cobrança do FUNRURAL. Eis que ela se reporta à decisão do STF ocorrida em 2010 e sobre as Leis nº 8.540/92 e nº 9.528/97, editadas antes da Emenda Constitucional nº 20/98, que estabeleceu nova regra constitucional e amparou a decisão sobre a Lei nº 10.256/01, julgada afinal constitucional. Em outras palavras, existem interpretações e insegurança jurídica quanto ao sentido de que foi extinto o FUNRURAL.

A terceira frente de atuação, promovida por diversas entidades do setor, foi o ingresso nos autos do RE que trata do FUNRURAL, com os questionamentos e as solicitações para reverter a posição do STF, pleiteando a reversão da decisão ou a modulação dos seus efeitos, para a aplicação a partir da publicação da decisão.

Diante da dificuldade na unicidade dos posicionamentos, a FAESP recomenda muita atenção e muita cautela na tomada de decisão quanto ao recolhimento ou não da contribuição do FUNRURAL prevista no art. 25 da Lei nº 8.212/91, até que se tenha uma definição clara e definitiva por parte dos órgãos competentes, especialmente do STF, inclusive quanto ao efetivo alcance da Resolução do Senado Federal supracitada.

A FAESP permanecerá atuando junto às demais entidades do setor agropecuário e à Receita Federal do Brasil para obter definição quanto à interpretação adequada emanada da Corte Maior sobre essa questão, de maneira que sejam assegurados os direitos aos produtores rurais e obtidas a segurança jurídica e a paz social no campo. ■

MUDAR O FUTURO DA MIGRAÇÃO

SEGURANÇA ALIMENTAR E DESENVOLVIMENTO RURAL

MÁRIO VON ZUBEN

Engenheiro agrônomo pela Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo (Esalq/USP), pós-graduado em Gestão Estratégica de Negócios pela Universidade de Calgary, no Canadá, e diretor executivo da Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef)

TODOS OS anos, no Dia Mundial da Alimentação, celebrado em 16 de outubro, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) coloca em debate um tema de relevância para a sociedade em geral. Em 2017, a entidade trouxe para reflexão os impactos dos deslocamentos humanos na atualidade. Em todo o mundo, há cerca de 244 milhões de migrantes internacionais, e 463 milhões migram dentro de seus próprios países – um aumento de 40% em relação a 2000.

Mais de 75% dos pobres e das pessoas com insegurança alimentar dependem da agricultura e têm uma subsistência baseada em recursos naturais. Os pequenos agricultores enfrentam mais dificuldades para acessar crédito e ferramentas que permitam melhorar a produtividade.

O investimento em desenvolvimento rural sustentável, a adaptação à mudança climática e os meios de subsistência resilientes nas zonas rurais são uma parte importante da resposta mundial ao atual desafio da migração.

A maioria dos migrantes internacionais provém do Oriente Médio, do norte da África, da Ásia Central, da América Latina e da Europa Oriental. Um terço deles está na faixa etária de 15 a 34 anos. Grande parte dessas pessoas deixou seu lugar de origem para fugir de conflitos, perseguição e desastres naturais ou o fez como uma saída para escapar da pobreza.

Em 2015, os migrantes enviaram mais de US$ 600 bilhões em remessas para os seus países de origem. Deste total, os países em desenvolvimento receberam cerca de US$ 441 bilhões, quase três vezes o montante da assistência oficial ao desenvolvimento. Nesse mesmo ano, 65,3 milhões de pessoas foram deslocadas por conflitos e perseguições, inclusive mais de 21 milhões de refugiados, 3 milhões com solicitação de asilo e 40 milhões deslocados internamente.

DADOS DA MIGRAÇÃO NO BRASIL

Entre 2014 e 2016, a Receita Federal registrou a entrega de mais de 55 mil Declarações de Saída Definitiva do País. O crescimento foi de 81,61% em comparação com o período anterior de três anos. Crise econômica e alta no desemprego são os principais motivos de partida.

Segundo dados da Polícia Federal (PF), o País abriga 1.847.274 imigrantes regulares. Mais de 117 mil estrangeiros deram entrada no País apenas em 2015, um aumento de 160% em dez anos. Os haitianos estão no topo da lista: foram regitrados 14.535 pela PF. Os bolivianos ocupam o segundo lugar, com 8.407, seguidos pelos colombianos (7.653), pelos argentinos (6.147), pelos chineses (5.798), pelos portugueses (4.861), pelos paraguaios (4.841) e pelos norte-americanos (4.747). ■



SHUTTERSTOCK

DIÁRIO DE BORDO

OMC EM BUENOS AIRES: AVANÇAREMOS?

ROBERTO RODRIGUES

Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV (GV Agro), embaixador especial da FAO para as Cooperativas e presidente do LIDE Agronegócios

EM DEZEMBRO, acontece em Buenos Aires a décima primeira reunião ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), a terceira no continente americano. A primeira foi em Seattle, em 1998, quando as manifestações populares contra a globalização foram contundentes. E a segunda foi em 2003, em Cancún, no México, na chamada Rodada de Doha, em que os Estados Unidos e a União Europeia tentaram um acordo parecido com o que tinham acertado em Blair House, ainda nos tempos do GATT, quando a posição dos países emergentes e fortes no agro ficou de escanteio. No México, uma grande mobilização liderada pelo Brasil opôs-se vitoriosamente a este acordo, dando origem ao G-20, grupo de países exportadores agrícolas.

Desta vez, o debate em Buenos Aires estará centrado em sete eixos principais.



O primeiro tratará de subsídios domésticos. Diferentemente do que aconteceu na última reunião, em Nairóbi, quando a atenção ficou concentrada nos subsídios às exportações, a reunião volta-se, agora, para limitar os subsídios domésticos que distorçam o comércio. A proposta é complexa, pois busca um limite máximo de subsídios internos, a ser aplicado em proporção aos valores produzidos em cada país-membro da OMC.

Como subtema deste capítulo, será discutida a eliminação ou a redução de subsídios à pesca, sempre tendo em vista a distorção comercial.

Um terceiro assunto será a definição de estoques reguladores públicos de alimentos que garantam a segurança alimentar sem que isso tenha impacto negativo nos preços internacionais. O problema dos estoques reguladores tem sido de difícil solução, e os negociadores de Nairóbi o remeteram a Buenos Aires.

Outro tema de relevo, apresentado pela União Europeia, por Hong Kong, por Cingapura e pela China, diz respeito à transparência de informações. Aí se inclui o desenvolvimento de um portal na internet que permita plena consulta das partes interessadas sobre mudanças nas regras nacionais a respeito do que dispõe a OMC, medidas sanitárias e barreiras técnicas ao comércio.

Na mesma linha, insere-se como quinto item a eliminação das chamadas barreiras regulatórias na área de *e-commerce*. Aí entram a assinatura eletrônica, a proteção ao consumidor e o incentivo à conectividade nos países pobres. Também fazem parte a proibição de direitos alfandegários digitais, o livre fluxo de dados entre fronteiras e a proibição de mecanismos de transferência tecnológica.

Por fim, teremos dois temas supercomplexos: a facilitação de investimentos, que implica segurança jurídica reconhecida no interior dos países-membros; e, naturalmente, a questão central de facilitação de comércio. Sobre este item específico, em fevereiro desse ano, a OMC anunciou a entrada em vigor de um Acordo sobre Facilitação de Comércio (AFC), muito importante para simplificar os procedimentos de importação e exportação, buscando maior transparência na relação entre governos e operadores e, também, redução da burocracia no comércio internacional. A OMC avalia que este acordo pode aumentar as exportações mundiais em até US$ 1 trilhão anuais. Agora, falta regulamentar o AFC. Sem os avanços nesses dois importantes fatores de impedimento comercial, pouco avançar-se-á em Buenos Aires.

Vamos torcer e trabalhar para tais avanços, que muito servirão aos interesses brasileiros. ■

PRODUZIR

PORTARIA GARANTE MAIOR OBJETIVIDADE NO COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

MARCELO LEMOS DE MELO

Diretor da Sociedade Rural Brasileira (SRB) e advogado especialista em Direito Agrário

APESAR DE pioneira em reconhecer o trabalho análogo à escravidão, a legislação brasileira precisava incorporar critérios mais objetivos para cumprir o seu papel. Infelizmente ainda existem maus empresários que abusam de seus trabalhadores, portanto era preciso que este assunto fosse regularizado.

A Portaria nº 1.129/17, editada recentemente pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) para tratar da concessão do seguro-desemprego e esclarecer os conceitos de trabalho forçado e jornada exaustiva, garante maior objetividade às interpretações referentes ao trabalho escravo

O artigo 149 do Código Penal, alterado em 2003 pela Lei nº 10.803, já abarcava normas valiosas para fechar o cerco ao trabalho escravo, mas a margem à subjetividade era um obstáculo para avançar no combate aos abusos e punir empregadores criminosos. Faltava uma definição mais clara para, de fato, definir os conceitos de trabalho forçado, jornada exaustiva e condições análogas à escravidão.

Para isso, a legislação avançou no sentido de estabelecer que trabalho forçado "é aquele exercido sem o consentimento por parte do trabalhador e que lhe retire a possibilidade de expressar sua vontade". Jornada exaustiva refere-se à "submissão do trabalhador, contra a sua vontade e com privação do direito de ir e vir, a trabalho fora dos ditames legais aplicáveis a sua categoria". Condição degradante é caracterizada "por atos comissivos de violação dos direitos fundamentais da pessoa do trabalhador, consubstanciados no cerceamento da liberdade de ir e vir, seja por meios morais ou físicos, e que impliquem na privação da sua dignidade".

É importante enfatizar que, para a edição da Portaria nº 1.129/17, o MTE considerou as Convenções nº 29 e nº 105 da própria Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Convenção sobre a Escravatura de Genebra, a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, além de ter observado a legislação pátria. Ressalta-se, ainda, que o Brasil tem, hoje, uma das leis trabalhistas mais rígidas do mundo, além de possuir a Norma Regulamentadora (NR) nº 31, que contribui para a melhoria na qualidade do trabalho ao estabelecer diversos preceitos que devem ser observados na organização e no ambiente de trabalho.

O partido REDE Sustentabilidade ajuizou ação (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF – nº 489) no Supremo Tribunal Federal (STF) contra a Portaria. Com isso, a ministra Rosa Weber, relatora do processo, suspendeu a referida Portaria, que, agora, se encontra sem efeitos práticos, até o julgamento do plenário do STF.

A sociedade não pode ceder ao senso comum e equiparar qualquer descumprimento da lei trabalhista à escravidão. Os conceitos são diferentes, a gravidade é diferente, e os efeitos jurídicos também devem ser diferentes. Essa brecha para a criminalização das relações de trabalho prejudica o próprio empregado, que passa a ver seus direitos à margem de discussões sem fundamento técnico.

A atualização e a modernização da nossa legislação são fundamentais para a evolução política, econômica e social do Brasil. Desta forma, devemos trabalhar junto ao STF, para que ele garanta a legalidade da Portaria nº 1.129/17. É fundamental evoluirmos para uma legislação clara, objetiva e que regule a relação entre empregadores e trabalhadores do campo e da cidade. ■



OPINIÃO

RENOVABIO: REVOLUÇÃO ECONÔMICA E SOCIOAMBIENTAL

ARNALDO JARDIM

Deputado federal licenciado (PPS-SP) e secretário de Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo

ENQUANTO NA Conferência do Clima da Organização das Nações Unidas realizada em novembro (COP-23), na Alemanha, foi apresentado o alarmante relatório do Global Carbon Project (GCP) apontando crescimento de 2% nas emissões mundiais de CO_2; em 2017, após três anos de estabilidade, o Brasil busca consolidar o seu protagonismo no combate ao aquecimento global com a importantíssima criação do RenovaBio, que está tramitando na Câmara dos Deputados e que pretende substituir, até 2030, até 55% da gasolina por etanol e até 20% do diesel fóssil por biodiesel.

Além de posicionar o Brasil, de forma definitiva, como país da economia verde, o RenovaBio é a oportunidade de revitalizar a cadeia produtiva e reafirmar a liderança mundial em biocombustíveis. Não é só um plano de produção de energia e promoção de mais racionalidade, previsibilidade – tão necessária –, eficiência e redução de custos – fundamentais para o setor produtivo –, mas sim uma estratégia de desenvolvimento sustentável para a geração de renda e emprego. Se o Brasil tem a matriz de combustíveis mais limpa do mundo utilizando 26,8% de etanol mais biodiesel, imagine quanto melhorará com o RenovaBio.



Proposta pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) – que tem Plinio Nastari como representante da sociedade civil –, a implantação do RenovaBio gerará números extraordinários e relevantes melhorias sociais. Segundo dados da DATAGRO, até 2030 serão necessários investimentos de R$ 500 bilhões, gerando o número empolgante de mais de 1 milhão de novos empregos – uma revolução nos 1.600 municípios que cultivam cana-de-açúcar.

O País deve economizar US$ 45 bilhões em importações. Acrescerá 54 bilhões de litros de etanol, quase o dobro do produzido hoje em dia. Olhando a questão da emissão de CO_2, haverá uma redução extraordinária de 166 para 45 gramas de CO_2 equivalente por quilômetro (g CO_2 eq./km), considerando a tecnologia atual dos motores.

Há grande clamor da cadeia produtiva. O RenovaBio é transformador e incorpora nas políticas públicas o conceito de externalidade, atuando não só na ação localizada, mas em todos os desdobramentos. O governador Geraldo Alckmin mobiliza-se em favor deste conceito.

Incorpora-se o conceito de meritocracia, com reconhecimento não uniforme, considerando níveis tecnológico e de evolução. Por exemplo, usinas que têm cogeração receberão um tratamento diferenciado. As que têm cogeração e estão caminhando para o etanol de segunda geração receberão outro, e assim sucessivamente.

Incentivar-se-ão, também, outros combustíveis renováveis, como biogás, biometano e bioquerosene, possibilitando estabelecer metas de redução das emissões de carbono, seguindo os compromissos assumidos no Acordo do Clima de Paris, além de viabilizar a troca de Reduções Certificadas de Emissões (RCEs) relacionadas ao uso de biocombustíveis, fato relevante para o terceiro maior consumidor de combustíveis para transportes do mundo.

O programa RenovaBio representa vanguarda na matriz energética e ganhos ambientais, sociais e econômicos que se estendem por uma longa cadeia produtiva. A Câmara dos Deputados tem um importante papel não somente na aprovação do Projeto de Lei em tramitação, mas também em sua regulamentação. É a hora definitiva de agir: assumir o protagonismo que o Brasil pode e deve ter na construção de uma economia de baixo carbono! ■

REFLEXÃO

UM GOVERNO EQUILIBRISTA

LUIZ CARLOS CORRÊA CARVALHO
Presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)

(...) A esperança
Dança na corda bamba de
sombrinha (...)

Aldir Blanc e João Bosco, na música "O Bêbado e a Equilibrista"

AS CRÍTICAS ao governo de transição no Brasil jorram pela TV, dominam os jornais e reverberam nas redes sociais, mas ninguém vai às ruas. Apenas os movimentos da esquerda param o trânsito e atrapalham a vida de todos. As críticas são as mais variadas e decorrentes de um estado de coisas muito estranhas: enquanto a direita tem medo que a classe média possa atrapalhar, a esquerda odeia a classe média porque é composta de pequenos burgueses, segundo palavras de Stephen Kanitz.

Quando se olha para as alianças políticas no Brasil, pode-se imaginar a dificuldade do Executivo em harmonizar os interesses de um Congresso Nacional que luta pela sobrevivência nas eleições de 2018. Mas, como chegamos a isso?

A revolução de 1964 fez, na realidade, o que a ala da esquerda gostaria de ter feito: estatizou a economia, controlou os preços, censurou jornais e revistas, colocou intelectuais no poder, e por aí a fora. No pós-Fernando Henrique e durante o primeiro mandato de Lula, o Brasil ia muito bem, apesar dos ranços ideológicos. Já no segundo mandato de Lula, iniciou-se a volta ao túnel do tempo, e, no governo Dilma, houve o grande atraso, o que comprometeu o nosso futuro. O único diferencial da ex-presidente Dilma em relação ao governo Geisel é que o governo militar obteve um resultado excepcional com o Proálcool, coisa que a ex-presidente Dilma enterrou, gerando um legado trágico na área de bioenergia ao atual governo de transição.

E o governo de Temer?

- O atual governo tem realizado, em pouco mais de um ano, o que outros não fizeram em décadas, com o olhar crítico da mídia.

- O Governo apresenta uma imagem de corrupção histórica, de falta de ética, de conluio com o Congresso e de lutar somente pela sobrevivência.

- O agronegócio, setor que sustenta a balança comercial do País, vem enfrentando invasões e depredações em propriedades rurais e não recebe o apoio efetivo de ninguém. É constantemente atacado pela estupidez do bolivarianismo e de seus adeptos, que agem sem repressão, mesmo sendo fora da lei. Ninguém é preso ou punido por vandalismo e terrorismo.

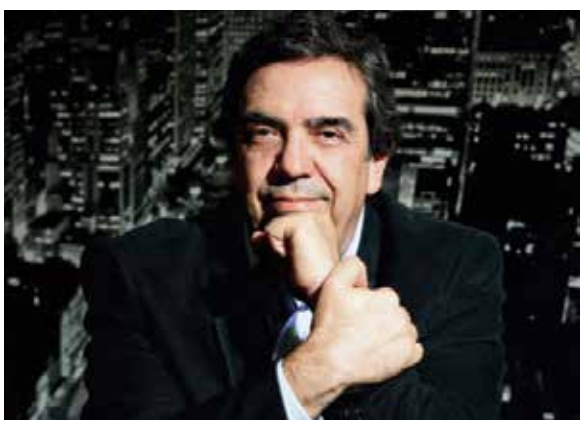
Enquanto essas absurdas invasões continuam acontecendo e nada as reprime efetivamente, o Brasil vai, com todas essas pedras no caminho, às tensas eleições de 2018. A cada dia em que o Legislativo empurra questões suas ao Judiciário, e este atropela o Legislativo, o equilibrista Executivo segue na corda bamba e de sombrinha.

Como chegar até 2019?

Em um clima de total perplexidade e de revolta com a desonestidade, a desfaçatez e as delações premiadas, muitas sem provas contundentes, há um enorme risco de se reeleger o *status quo* e de se empurrar o futuro do Brasil para longe!

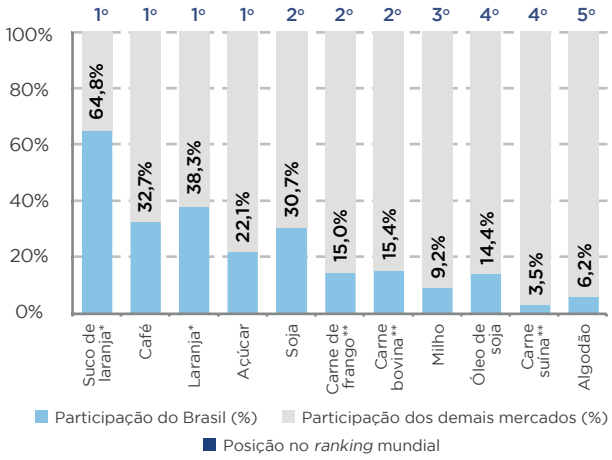
Colocar o País nos trilhos é missão fundamental e poderia ser iniciada com mais veemência pelo atual governo de transição, com as reformas fundamentais. Para isso, terá que "peitar" o Congresso e relatar quem é contra o Brasil.

Entre as apostas, o agronegócio é apontado como sucesso e futuro. Mas, em 2018, há uma pedra no caminho, e, a depender dela, as apostas irão parar na lata do lixo. ■



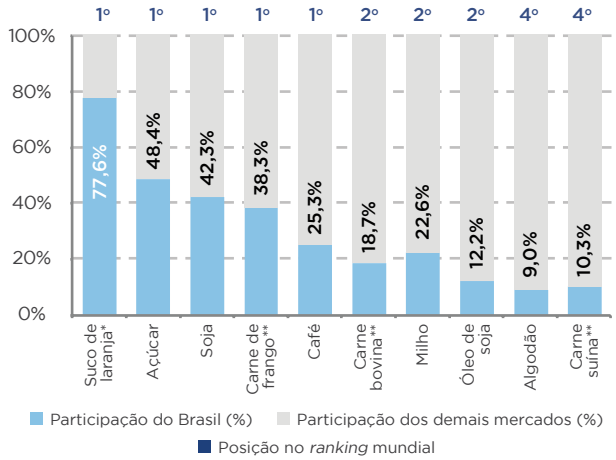
PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA BRASILEIRA

POSIÇÃO DO BRASIL COMO PRODUTOR EM RELAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL EM 2017/18



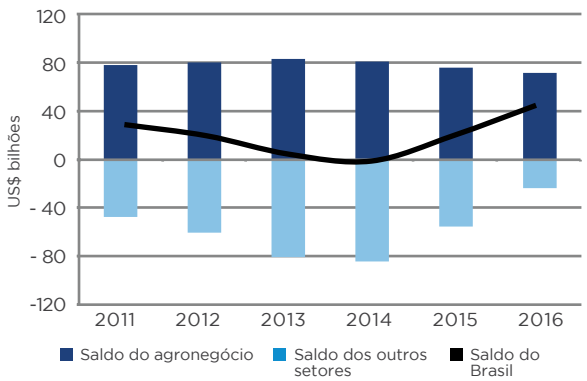
* 2015/16; ** 2017
Fonte: USDA

POSIÇÃO DO BRASIL COMO EXPORTADOR EM RELAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL EM 2017/18



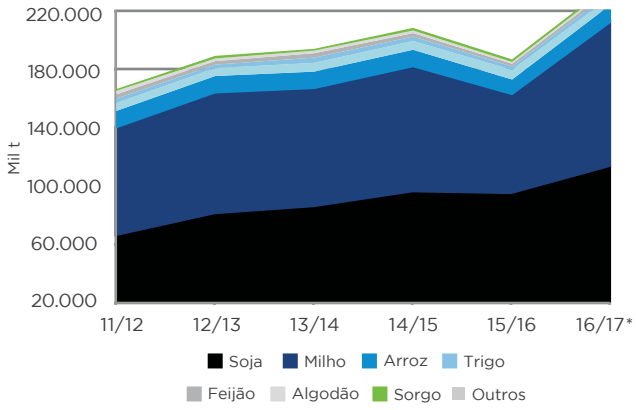
* 2015/16; ** 2017
Fonte: USDA; CNA

BRASIL: EVOLUÇÃO DO SALDO DA BALANÇA COMERCIAL



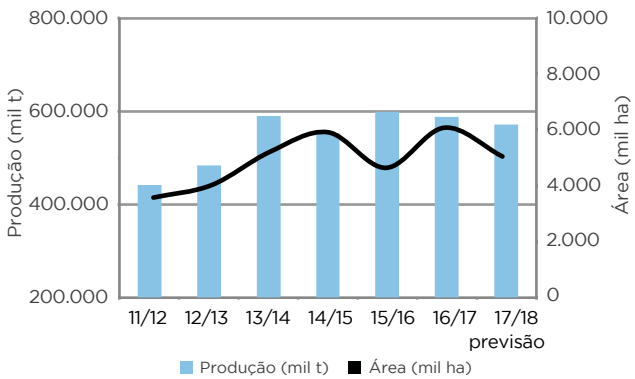
Fonte: SECEX

BRASIL: PRODUÇÃO DE GRÃOS, POR PRODUTO



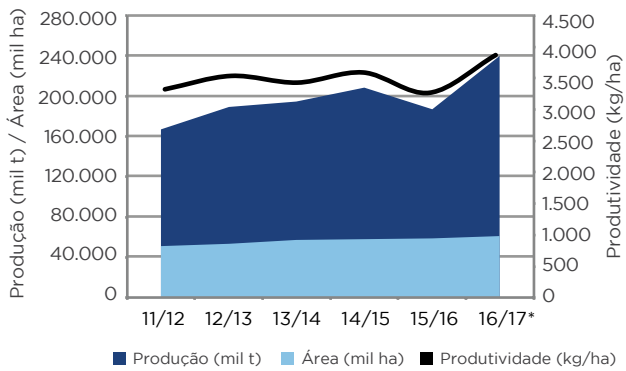
* Previsão
Fonte: Conab

BRASIL: ÁREA E PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR



Fonte: UNICA; Conab

BRASIL: ÁREA PLANTADA COM GRÃOS, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE



* Estimativa em setembro de 2017
Fonte: Conab